

ÍNDICE

6 - Conflitos Socioambientais	1/49
6.1 - Ocupação <i>Kaminja</i> Em Território <i>Kinja</i>	2/49
6.1.1 - Bacia do Jauaperi	6/49
6.1.2 - Rio Negro	15/49
6.1.3 - Rio canoa/rio Pardo.....	16/49
6.1.4 - Rio Uatumã	17/49
6.2 - Empreendimentos de Infraestrutura	21/49
6.2.1 - Rodovia BR-174	21/49
6.2.2 - Projetos de Mineração.....	27/49
6.2.3 - Projeto Pitinga.....	29/49
6.2.4 - UHE Balbina	37/49
6.2.4.1 - Programa Waimiri Atroari	40/49
6.2.4.2 - Zona Franca de Manaus	43/49
6.2.5 - Projetos de Assentamento Rural	44/49
6.2.5.1 - Assentamentos Roraima.....	46/49

ANEXOS

Anexo 6-1 Lista de Processos Minerários na Área das TIS

Legendas

Figura 6-1 - Placa da fazenda Conquista.	9/49
Figura 6-2 - Placa da fazenda Carazinho.	9/49
Figura 6-3 - Placa da fazenda Mel.	9/49
Figura 6-4 - Área do PV <i>Arine</i>	20/49
Figura 6-5 - Área do PV <i>Arine</i> . Foto PWA.	20/49
Figura 6-6 - Base Waba, Rebio Uatumã.	20/49
Figura 6-7 - Base Waba, Rebio Uatumã. Foto PWA.	20/49
Figura 6-8 - Acampamento provisório na área do Ramal do Paulista na área do reservatório da UHE Balbina. Foto PWA	20/49
Figura 6-9 - Ramal do Paulista na área do reservatório da UHE Balbina. Foto PWA	20/49
Figura 6-10 - Planilha de controle de cargas e pessoas que entram na Mineradora Taboca.	35/49
Figura 6-11 - Planilha de controle de cargas e pessoas que entram na Mineradora Taboca.	35/49
Quadro 6-1 - Subprogramas e Objetivos do PWA	41/49
Quadro 6-2 - Projetos de Reforma Agrária por Município	45/49
Figura 6-12 - Vicinal Equador. Rorainópolis, RR. Foto PWA.	47/49
Figura 6-13 - Ponto final da vicinal Equador. Rorainópolis, RR. Foto PWA.	47/49
Figura 6-14 - Vicinal Equador. Rorainópolis, RR. Foto PWA.	47/49
Figura 6-15 - Ponto final da vicinal Equador. Rorainópolis, RR. Foto PWA.	47/49
Figura 6-16 - Moradia na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.	48/49
Figura 6-17 - Campo de futebol na área da vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.	48/49

Figura 6-18 - Área desmatada, mecanicamente, na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA. 48/49

Figura 6-19 - Açude na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA. 48/49

Figura 6-20 - Moradia na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA. 49/49

6 - CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Muito se comenta a respeito da geografia ensinada nas salas de aula, sem questionar, contudo, a produção em si das representações e os interesses específicos que lhes deram origem. Somos levados desde o início de nossas vidas a refletir nossa relação com o mundo a partir da "ilusão cartográfica" apontada por Ingold, ou seja, como algo separado, inerte, silencioso, ausente de conflitos e outras vozes e concepções territoriais suprimidas. Pensamos constantemente quando vemos uma fronteira delimitada no mapa, que tudo está resolvido e quando muito, ao admitirmos a presença de pessoas vivendo nesses espaços, acreditamos estarem todas de acordo com aquela definição arbitrária do que é o real. Segundo Lacoste, essa outra geografia tem sido engendrada especificamente para servir como discurso ideológico de mistificação do espaço, de "cortina de fumaça", para escamotear a importância estratégica de saber pensar o espaço e nele se organizar (Barbosa de Oliveira, 210:214).

Esse item objetiva apresentar algumas situações de conflito socioambiental envolvendo a Terra Indígena Waimiri Atroari, que merece ser analisada para que se compreenda as vicissitudes da territorialidade *kinja* em um período histórico mais recente. Entendendo que o processo de demarcação é de suma importância, mas que não elimina as dificuldades à sua reprodução física e cultural, parte-se da definição de conflitos socioambientais como "*um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico*" (Little, 2006: 91). Busca-se assim considerar os principais atores que operam em nível local, regional, nacional e global; dando prioridade às práticas e relacionamentos que as pessoas estabelecem com o ambiente, como fundamentos básicos de suas concepções territoriais, ao tempo em que se incorpora o tema do conflito na análise de questões ambientais.

Embora existam hoje muitos atores no território em análise, e considerando que seria muito importante explorar suas distintas percepções sobre esse mesmo território, de modo a revelar os relacionamentos que esses atores desempenham historicamente com o ambiente em que vivem ou tem interesse econômico, é relevante afirmar que são as percepções territoriais dos *kinja* em relação aos demais atores que serão evidenciadas, não só em função do enquadramento do estudo, bem como da falta de oportunidades de ouvir todos os atores num curto espaço de tempo. Chamar-se-á atenção para um problema que precisará ser mais bem investigado, na busca de tentativas de resolução dos conflitos que não emergem unicamente a partir do empreendimento em análise.

Como mencionou um dos integrantes *kinja*: “são vários problemas pra gente saber como resolver pra daqui a dez anos, como vamos sofrer essa pressão” (Ewepe, 29/10).

Dentro desse enquadramento, procedeu-se a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito, considerados pelos *kinja* como uma ameaça ou fonte de desgastes constantes, tentando sempre que possível identificar também os interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, e se existe algum tipo de interação entre eles dentro de uma determinada “arena política” (Little, 2006:93)

Em sua “etnografia do conflito”, Barbosa de Oliveira (2010:270), conceitua os atores sociais como sendo “aqueles indivíduos, grupos ou entidades que apresentam agências de qualquer magnitude no “campo do conflito”, buscando alcançar seus objetivos de acordo com os *frames*¹ que orientam seus grupos de interesse². Contudo, nem todos estão presentes substantivamente na Terra Indígena, atuando em alguns casos, de forma distanciada, indireta ou até fantasmagórica (Little, 2006: 93)”. Esse enquadramento teórico-metodológico é bastante oportuno para a apresentação do caso Waimiri Atroari.

A maneira como foi tratado esse tema junto ao grupo de trabalho *kinja* se deu a partir da elaboração de mapas de conflito, principais ameaças e invasões e empreendimentos (alguns temas dos mapas vividos trabalhados em campo, conforme apresentado no item 3 - metodologia, deste ECI). Assim sendo, será a partir das discussões e interpretação desses mapas que são apresentadas as análises de conflitos e os atores situando-os em suas posições dentro de um “campo de poder” (Bourdieu, 1989). Tais mapas serviram como base para elaboração do Mapa de Conflitos (2545-00-ECI-MP-4002).

6.1 - OCUPAÇÃO KAMINJA EM TERRITÓRIO KINJA

Durante os trabalhos de campo foi possível apreender de maneira mais sensível os constrangimentos que os *kinja* sentem ao passar por lugares que consideram como território tradicional e que não se encontra anexado à Terra Indígena Waimiri Atroari, bem como de outras áreas ainda mais complexas que só podem entrar a partir de uma articulação institucional e

1 Se valendo de uma literatura recente que trata de conflitos ambientais esclarece que “o termo *frame* se refere ao processo pelo qual as pessoas, inseridas em seus grupos de interesse, constituem e representam as interpretações a respeito do mundo à sua volta (Lewicki, 2003: 12). A tradução mais próxima do que nos interessa, seria uma estrutura ou espécie de moldura que serve para compor ou fechar um campo de ideias e práticas” (Barbosa de Oliveira, 2010:266).

2 O autor explica que a utilização do termo “grupos de interesse” se dá quando está se “referindo aos agrupamentos sociais que possuem histórias particulares de vinculação com a natureza e encontram expedientes rotineiros de se definirem, renovando e defendendo seus principais valores e práticas territoriais entre seus membros” (ibid,p.270).

política muito forte e com severas regras de comportamento, como é o caso da área onde se situa a mineradora Taboca. Percebem a cada dia as dificuldades de andarem livremente pelo o que consideram o seu *itxiri kinja* (território tradicional, terra de *kinja*).

Waracaxi, um dos membros do grupo de trabalho, em uma exposição sobre os mitos de origem *kinja* e sobre sua atuação como *eremy* (cantor), se remete a duas aldeias que foram inundadas num período muito, muito *tarkon* (antigo). Esclarece que desde esse tempo os *kinja* habitavam as margens do Jauaperi e Macucuaú, mas com a chegada dos *kaminja* na região e com as expedições organizadas de matança aos índios eles foram se afastando para outras áreas de rio, como podemos observar no seu relato.

É, eu faço uma parte de cultura né. Eu conheço todo tipo de música, eu conheço. Aí por isso que a gente sabe que aconteceu, que esse kinja que se afundou, ali onde nós vamos passar no pedral, que nós temos nossa história de origem né, é por isso que todos cantores, tem que saber tudo por detalhe a história nossa, entendeu? É por isso que a gente considera esse rio pertence ao Waimiri Atroari. Por isso que a gente considera ela.

Ecology: As coisas que acontecem são cantadas então? A história é cantada?

É cantada. Ó o que aconteceu ali, diz na história né? Na história, esse o rio era estreito e naturalmente ela foi mudando e assim que aconteceu a história³ desse... desse jacaré, o ariranha. Aí a água subiu, o kinja que ficou numa árvore, dois kinja que sobreviveu, ficou lá em cima, aí o que, como que ele sabia que o rio já estava abaixando? Aí ele defecava e caía, pelo som ele sentia que já tava secando. Ele subiu numa árvore de tangerina [angelim], ficou lá em cima, passou e mês e mês, aí quando ele defecava, ele sabia...aí pelo som de caía né, a distância para rio lá em cima, ele sentia que o rio tava abaixando. Aí desse descendente que nós tamos aqui, desse...foi o que aconteceu, entendeu? É assim que é a nossa história. Esses dois kinja que sobrou, que surgiu a origem de Kinja e até agora.

Ecology: Tem muita história né?

É, nesse rio tem muita história.

3 Ver MVI_6183

A história como conflito, entendeu? Como kaminja foi chegando e matando kinja nesse local, é... foi matando kinja - daquilo que eu tava falando, kinja foi se afastando pra lá, e até chegou num... aonde local certo os kinja começou a reagir, começou a matar kaminja também. Eles matando kinja e eles matando kaminja também, e foi reagindo e é assim que é a nossa história.

Ecology: como é que você acha que vai acabar isso?

O kaminja? Rapaz, eles tem que reconhecer quem são proprietários e a realidade né, eles começaram chegar agora recente, mas eles se acha que são dono de tudo. Aí a gente sabe que o próprio assim, o próprio envolvente né, ele acha que nós somos é... que não tem valor, a gente entende disso também. É por isso que nós aqui Waimiri Atroari luta pelo nosso direito, aonde que era nossa vó habitava, que existe, que tem nossa história, a gente quer buscar ela pra dentro, entendeu? É porque que somos os primeiros, somos nós que somos os primeiro habitantes, aqui no Jauaperi. A gente entende também que as pessoas de autoridade fala que nós não tem o valor, e a gente entende também... eles também não tem valor. Somos os primeiros habitantes, somos nós, e nós temos... sabemos que tem nossa história que ficou pra fora, por exemplo, eu tô contando a história desse kinja que foi... inundou né... que desapareceu, a gente quer buscar ela pra dentro também, a gente luta por isso né. Não sei como que nós vamos buscar ela futuramente, deixar tudo pra dentro a nossa história, entendeu? (Waracaxi Zé Maria, rio Jauaperi, 05/10).

Waracaxi ao mesmo tempo em que orienta espacialmente a história com informações que também falam sobre o relacionamento com o ambiente, ainda articula com a força da tradição oral as relações afetivas com o rio e região, atualizando-a para os dias de hoje. É nesse sentido que não desistiram de continuar lutando para preservar e garantir as terras que seus antepassados usavam cotidianamente. Memórias que com o apoio do PWA tem virado estudos junto aos *txamyry* (homens mais velhos), como uma antiga liderança da região chamado de Mera, o que possibilitou a representação cartográfica para evidenciar as antigas aldeias e locais que consideram restritos e extremamente importantes para a biodiversidade (**Anexo 6.2 - Mapa de Ocupação Tradicional**). Conforme as equipes navegavam pelo Jauaperi Waracaxi ia contando várias histórias de massacre e de aldeias que levavam os nomes dessas pessoas mortas, normalmente seus chefes, referindo-se sempre ao tempo de *wapo kinja* (grande número

populacional de índios). Dizia ele: “naquele tempo era *wapo kinja* mermo”. No entanto, cada vez mais “ia diminuindo *kinja* e *kaminja* nunca que diminuiu, pelo contrário”.

O Rio Jauaperi, o rio Macucuaú e o rio Uatumã são locais onde se concentram a preocupação territorial Waimiri Atroari e onde afloram grande parte dos conflitos, principalmente com pescadores (comercial e esportivo), tartarugueiros, forças armadas, grileiros, castanheiros, empresas privadas, projetos do Estado de Roraima, entre outros. O sentimento de pertencimento dessa região é tão marcante que os *kinja* atuam diretamente no gerenciamento dos recursos, acompanhando de perto o uso dos recursos por não-índios, interferindo nas ações e cobrando das instituições responsáveis, como IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ICMBio (Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade) e Marinha a fiscalização e orientação dos deveres e direitos dos usuários. São direcionados por uma história territorial que vem de muitas gerações e que era muito maior do que os limites atuais em que vivem. Essa história conecta-se assim com a história de conquista dos *kaminja*, sobretudo a partir do século XIX, como percebemos na fala de Waracaxi e agora na de Parwe, outro membro do grupo de trabalho *kinja*.

“Antigamente avô, bisavô morava lá na boca do Camanaú. O que aconteceu? Contato. Ai veio invasão, matando índio, e índio queria fugir abandonando seu lugar. Tudo isso que aconteceu no passado. Primeiro contato assim. Primeiro bisavô morava lá. Acho que pessoal falou né? Lá no Mahoa. Aqui que Parwe morava. Lá no Sumaúma, chamada aldeia Piripiri. Ai invasão chegando, matando índio. Índio fugiu. Tudo isso que bisavô perderam a terra dele. Assim que aconteceu. Meu pai contava e eu aprendi com ele, meu pai né. Escutando história de como é que aconteceu isso até... aqui. Agora não. Essa lei de governo que proibi sair daqui...e marcaram, baixaram Decreto e pronto! Acabou terra do Índio! Só ficou ilha. Isso também ninguém não gostou até hoje. A ideia do povo Waimiri Atroari não gostava dessa BR, nem de invasão. Essa que era a ideia do passado, do bisavô, achava que seria livre para o índio. Pra ele ficar sossegado. Assim que meu pai contava pra mim. Hoje não. Taí, terrazinha pequenininha, não vale pra nada, não sei como você anda aonde, ou anda lá na sua aldeia. Como kinja tá falando. Esse aqui utiliza isso, outra aldeia isso. Ai fica pequeno pra nós. Por que cada um tem uma aldeia, o limite dele, onde ele vai caçar. Outra aldeia fica caçando até onde tá limite. Por exemplo meu, lá no Xeri eu caço até [lugar] chamado Kypy. lawara [aldeia] vai até Kypy. Assim que nós trabalhamos a nossa terra na hora de caçar, pescar, coletar. Ai quando ele tá lá na

aldeia Xeri, Wame usa meu lá, a minha área tudinho. Assim que nós usamos nossa área.

Isso é verdade o que tá acontecendo hoje, como você tava falando, construía aldeia e saía pra outro lugar. Hoje não. Hoje não vai mais acontecer isso não. Tai Pirititi. Só um lugar, não tem como sair não. Tai invasão. Tai o inimigo. Tá imprensado, apertado, não tem como. Isso é verdade". (Parwe Mario, Nawa, 13/10).

6.1.1 - Bacia do Jauaperi

Muitos desses atores/usuários reconhecem esse território como de acesso livre. As distintas percepções do território provocam assim uma série de desentendimentos e revolta de ambas as partes. Os Waimiri Atroari, embora se ressintam da efetividade do governo em proteger e promover suas terras e direitos, acreditam que esse território ainda pode ser incorporado a TI. Inclusive, existe um processo do MPF/AM para que a Funai realize estudo para comprovar, em virtude das diversas fontes históricas existentes, se realmente trata-se de um território tradicional Waimiri Atroari. A concretização dessa revisão de limites é para os *kinja* uma das formas viáveis de encaminhamento do conflito com uma gama de atores que consideram invasores. É digno de nota que Parwe Mario costuma usar a expressão "filhos da invasão" a todos os *kaminja*, de modo a marcar quem de fato tem os direitos territoriais. São unânimes em afirmar que querem que a revisão de limites seja realizada. Aguardam pela Funai a efetivação de um Grupo Técnico para a realização dos estudos, uma vez que o prazo dado pelo MPF à Funai está se esgotando⁴. A Funai, por sua vez, alega sobrecarga de trabalhos de demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, falta de técnicos e antropólogos para a realização dos estudos, mas que está se organizando para cumprir com seu compromisso legal.

Nesse quadro indefinido juridicamente fazem distinções entre os grupos de interesse de atores que mesmo sendo considerados invasores, são as pessoas com as quais mantêm boas relações, como é o caso dos ribeirinhos de algumas comunidades existentes no rio Jauaperi. Entendem que são "pessoas que não tem muitas condições de pescaria como os outros brancos né, pesca como

4 De acordo com o pedido de liminar a Ação Civil Pública n 2010.32.00.000208-2 "tem por objetivo a condenação da União e da FUNAI para que procedam à realização da revisão dos limites da Terra Indígena Waimiri Atroari, de modo a abranger áreas tradicionais excluídas dos limites demarcados, incluindo-se a região atualmente alagada pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Balbina, no curso do rio Uatumã, e outras que venham a ser constatadas", fica estabelecido que procedam à realização dos estudos de revisão dos limites sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), concluindo o processo demarcatório no prazo de 24 (vinte e quatro) meses (http://www.pram.mpf.mp.br/institucional/acoes-do-mpf/acp/2013/ACP_WAIMIRI_ATROARI.pdf, acessado em 18/03/2014).

nós, com linha, não tem muita coisa, né?” (Ewepe, 29/10). Ou seja, como pessoas que não estão usurpando o território de maneira a acabar com os recursos.

Essas comunidades foram visitadas durante os trabalhos de campo e, como relatado por diversas lideranças locais, estas tem se organizado pra implantar a Reserva Extrativista (RESEX) do baixo Rio Branco e Jauaperi. Esse desejo se arrasta a 13 anos⁵ e os Waimiri Atroari não fazem objeções diretas a criação da reserva desde que seja respeitado a região conhecida como Mahoa, cujos interesses se voltam para a defesa do rio Macucuau, de algumas áreas de castanhal e a margem direita do Jauaperi, e, principalmente, de seu local de origem.

Os ribeirinhos, por sua vez, também são em grande parte favoráveis aos direitos indígenas. Existe o entendimento de que eles podem desenvolver suas atividades tradicionais igualmente aos índios sem sobreposições de interesses e usos. Entendimento que não é muito bem compartilhado entre os *kinja*, seja porque não conhecem o mapa de delimitação da Resex, por isso, se mostram abertos a discussão sobre as zonas de manejo e amortecimento, seja porque é muito difícil apagar da memória um local que era por eles tradicionalmente ocupado. Como mostrado anteriormente um dos principais líderes *kinja* nasceu na aldeia Piripiri, onde hoje á a comunidade Sumaúma.

“A gente não gosta de passar aqui por que nossa história ficou toda para fora. A gente passa por que tem que passar, mas a gente não gosta de passar por aqui. Por que é uma tristeza pra nós: como e por que ficou pra fora? Deveria ficar dentro de nossa sociedade e a gente fica meio assim zangado do porquê ficou pra fora nossa origem, nossa história”. (Waracaxi Zé Maria, rio Jauaperi, 05/10).

Em virtude dessas origens, o entendimento da Diretoria de Proteção Territorial da Funai amparado na legislação⁶ e em razão dos estudos que seriam realizados com fins de revisão de limites⁷ foi de se manifestar contra a criação da Resex em 2010. Outro elemento complicador à

5 O Processo foi aberto no Ibama, em 31 de julho de 2001, a partir de um abaixo assinado pela criação da reserva extrativista do Xixuaú - município de Rorainópolis/RR. Assina o documento 80 pessoas das comunidades de Santa Maria, Vila da Costa, Remanso, Itaquera, Floresta, Sumaúma e Xixuaú. O primeiro relatório do IBAMA de julho de 2001 recomenda por conta da biodiversidade e por ser uma área prioritária para a conservação seja transformada em uma Resex. Nesse relatório é mencionado o seguinte: “um grande problema verificado é o fato dos barcos pesqueiros com geleiros, em sua maioria de Manaus, estarem realizando pesca predatória tanto no leito dos rios, quanto nos lagos e igarapés da região. Segundo relatos, com frequência os barcos pesqueiros tem limpado os lagos com malhadeiras e até dinamites causando a mortes de cardumes inteiros de peixes” (Processo 02001.00448/2001-59, fls 9)

6 O § 6º do Art. 231 considera nulos e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação e o domínio das Terras Tradicionalmente Indígenas, por não indígenas. Conforme determina a Constituição o direito fundiário indígena é originário, ou seja, precede todos os atos gerados pelo Estado brasileiro.

7 A manifestação pela existência de óbice a criação da Resex até a realização dos estudos de revisão de limites da TI Waimiri Atroari se dá pelo Ofício Nº1117/DPT, 23/10/10. Nele é estabelecido a previsão de criação de GT para 2011 (Ibid, fls 616-619).

concretização da Resex, como demonstra os documentos do processo de sua criação no ICMBio, é o Estado de Roraima, que por diversas vezes atuou de forma contrária. E é bem possível que também façam uma forte oposição à revisão de limites da TI Waimiri Atroari, caso seja realizada.

No caminho do processo de criação da Resex se deflagraram vários conflitos de interesse entre Ibama/RR e Ibama/sede tendo a Associação Amazônia, localizada na comunidade Xixuaú, como pano de fundo, sob a justificativa de tal iniciativa estar sendo estimulada por uma Organização Não Governamental que supostamente defenderia interesses estrangeiros.

A consulta pública para a criação da Resex foi programada para 17 a 24 de junho de 2006. Parwe Mario participou dessa consulta que foi encerrada por conta de brigas e desavenças proporcionadas por atores ligados ao governo de Roraima. No relatório de viagem da advogada da equipe do IBAMA, Nilvanda da Silva Alves de Lima, ela esclarece que as agressões partiram das autoridades do Estado de Roraima, sobretudo da advogada do ITARAMA que “comandava a baderna”, amparada por força policial servindo a esses agentes. Na conclusão informa que os índios foram favoráveis aos limites “que consideraram a Resex como uma barreira para os madeireiros e pescadores profissionais chegarem até as suas terras indígenas, além de verem protegidas as terras que já foram de seus antepassados” (Proc. 02001.004488/2001-59:fls 320). Como já informado, muitos dos *kinja* com quem conversamos não sabiam exatamente desses limites e embora reconheçam a importância de áreas protegidas, demonstram receio aos usos pelos *kaminja*.

É interessante notar que uma infinidade de atores foi envolvida por meio de solicitações de apoio aos estudos e à Resex com o encaminhamento de ofícios, circulares para vários órgãos de governo, entidades de classe, associações, sindicatos, ONGs, entre outros⁸. Em 2005, o governo de Roraima anuncia a instalação de 11 assentamentos rurais na área proposta para a Resex e seu entorno, preocupando não só as comunidades extrativistas, como os *kinja*, o que se ampliou quando anunciada também a construção de uma rodovia estadual na mesma área.

O processo de abertura da estrada começou a ser realizado, mas em 2012 parou por falta de pagamento, segundo Waracaxi e confirmado posteriormente por Carvalho. Essa rodovia é considerada pelos *kinja* uma ameaça a uma de suas principais áreas de conservação fora da TI, que é o rio Macucuaú. Ela se juntaria a uma estradinha já existente que parte da BR-174 até o rio

⁸ Entre esses destaca-se a WWF-Brasil, Fundação Vitória Amazônica (FVA), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) e Instituto Socioambiental (ISA), que por fim acabaram fundando a rede Rio Negro.

Jauaperi, ligaria a Vila Jundiá a vila Santa Maria do Boiaçu, situadas no município de Rorainópolis, ampliando as preocupações já existentes:

“Aqui é uma estradinha que vai até o rio Jauaperi, que também nos preocupa muito. Vem pessoal de fora, vem pessoal de Manaus, ou de outro lugar, ou de Boa Vista pescar aqui. Traz rede, traz arrastão, para pegar todo o tipo de peixe. Se pesca com arrastão, o que vai restar para nós? O que vai restar para o filho deles? Ou para o neto deles? Isso é preocupante para nós. Isso no passado não tinha nada. Hoje está acontecendo. Hoje ainda tem um pouco de peixe. Daqui a dez ou vinte anos, não sei se vai ter peixe. Peixe de natureza”. (Ewepe, Nawa, 29/10).

Verificou-se na margem esquerda do Jauaperi próximo ao trecho do projeto da nova estrada, diversas placas anunciando tratar-se de aéreas particulares, de fazendas. Destaca-se que todas as placas tinham o mesmo padrão (Erro! Fonte de referência não encontrada., Figura 6-2 e Figura 6-3).



Figura 6-1 - Placa da fazenda Conquista.



Figura 6-2 - Placa da fazenda Carazinho.



Figura 6-3 - Placa da fazenda Mel.

Ainda sobre a Resex, o processo foi finalizado pelo Ibama em 2008, seguiu por todos os corredores institucionais de Brasília e em 2013, de acordo com os envolvidos no processo de criação da Resex, ocorreu uma mudança de paradigma na relação do governo de Roraima após o anúncio de 6 milhões de hectares prometidos pelo governo federal a esta unidade da federação e sua discussão junto ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE/RR). Em todo caso, mesmo com essa negociação, não foi expedido o Decreto de criação da Resex.

Nessa região são muitos os conflitos com pescadores, tartarugueiros, caçadores e castanheiros. Pauta que aproxima e em parte afasta os interesses comuns entre os *kinja* e as comunidades extrativistas. Embora seja o desejo de grande parte das comunidades combater a pesca predatória, para muitos é a única possibilidade de renda. Foi relatado pelos ribeirinhos que alguns pescadores praticam a pesca em seus pequenos barcos e depois vendem para os geleiros em troca de produtos superfaturados. Essa prática alimenta o desejo de muitas lideranças para que a Resex vire realidade e que possam ter suas atividades regulamentadas e projetos iniciados.

Posto de Vigilância MAHOA

Em virtude das dificuldades encontradas pelo IBAMA para fiscalizar a pesca predatória e com o objetivo de melhor fiscalizar esse território e defender os recursos naturais, os *kinja* implantaram um posto de vigilância chamado de Mahoa. Reinauguraram assim o primeiro Posto Indígena criado pelo SPI na Amazônia, em 1913, chefiado por Alípio Bandeira, bem próximo ao atual Posto homônimo. A partir dessa ação estratégica, geopoliticamente, os *kinja* começaram a fiscalizar de forma mais efetiva a atuação de castanheiros, tartarugueiros, de pescadores comerciais. Como informa um dos integrantes do grupo de trabalho, sem deixar de contextualizar com as relações de ligação afetiva que nutrem com o território e as idiosincrasias que estabelecem seus limites:

“Aqui vem pressão de castanheiros, tartarugueiros. Por isso é que nós, no antigo nosso território que é chamado Mahoa, onde meu bisavô, derramaram o sangue do meu avô... então, aquele era nosso território. Mas na lei que reconhece a terra indígena Waimiri Atoari é só esse aqui. Mas não. Nosso território é aqui. Mais que isso, vem até à beira do Rio Negro, maior parte do nosso território, do povo Waimiri Atoari, foi entregue ao Estado e pro Brasil inteiro. As pessoas que vivem lá não

cuidam direito. Jogam muita poluição, não preserva o rio, contamina todos os rios. Nada se preocupa com a poluição do rio.

Aqui no outro ponto, no rio Jauaperi, desembocando no Rio Negro, também vêm grandes pescadores: tem pescadores comerciais e esportivos. Então, esse grande pescador comercial vem com o barco, vem trazendo muito equipamento e pega todo o tipo de peixe. Ele leva tudo e não sobra nada. E agora, como vai ser nosso futuro aqui no Amazonas, tanto no Roraima? Se foi feito isso em outros locais e nos outros rios, muitas pessoas não estão comendo mais peixe, é pouco, porque foi pescado tudo. O índio não faz isso. O índio quer preservar a comida dele. Ele quer manter, quer produzir mais. Mas não! quando esse pessoal vem, que eu não sei de onde é, se é de Manaus ou de outro lugar, coloca a rede aqui na boca e pronto, não passa mais peixe. O que vem, lá debaixo, o que desce, já foi. Eu sei que essa hora eles estão lá ainda”.

Não raro tomaram redes e artefatos de pesca ilegais, prenderam barcos e motores de popa. Entregando sempre para o IBAMA/AM. Queixam-se desse instituto pela incapacidade de atuação e entrega do material apreendido sem maiores providências. Esse controle territorial e defesa dos recursos naturais desagradou muita gente, inclusive a própria Marinha que por meio de operações consideradas pelos *kinja* como fora de propósito e excessivas tentaram acabar com o controle que eles estavam fazendo no rio Jauaperi. Segundo relataram, a *Operação Ágata* foi uma verdadeira operação de guerra que tratou os índios como inimigos, terminando por afundar boias e placas de sinalização que utilizavam no controle das embarcações ilegais. Em decorrência desse ato, considerado criminoso pelos *kinja*, foi aberto um processo judicial levado a efeito pela Associação da Comunidade Indígena Waimiri Atroari - ACWA e encontra-se no STF para julgamento.

É sabido que o controle territorial de fronteira é assunto da mais alta relevância para o Ministério da Defesa. Numa matéria publicada pelo Portal Brasil no dia 04/05/12 era informado que “durante as próximas semanas, tropas militares acompanhadas de fiscais de órgãos como o Ibama, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, dentre outros, vão atuar no combate ao tráfico de drogas e de pessoas, descaminho e crimes ambientais. Além disso, o hospital de campanha da FAB se deslocou para o

atendimento às populações ribeirinhas do distrito de Moura e do município de Barcelos, distante 490 quilômetros de Manaus (AM)”⁹.

Por este percurso as tropas passam irremediavelmente pelo Posto Mahoa. Foi justamente nesse local que se protagonizou um dos últimos conflitos mais marcantes na histórica relação de nossas forças armadas com os Waimiri Atroari. Qualquer um que converse com os Waimiri Atroari sobre esse episódio e tantos outros há de notar a irritação que sentem ao tratamento dispensado aos mesmos. Independente ao fato do que o DNPM estaria fazendo nessa operação, os *kinja* se perguntavam como que alguém que pretende fazer atendimento de saúde¹⁰ chega em sua casa com duas lanchas de guerra, canhão de proa em posição de ataque e todos com armas em punho. Para os *kinja* ficou muito evidente a demonstração de força e poder que estava por detrás da ação. Comentaram que a abordagem só não foi mais incisiva porque os *kinja* filmavam toda a ação, o que segundo eles deixou o comandante da operação, a princípio, muito irritado. É interessante observar que a operação também tinha por finalidade o combate ao crime ambiental, justamente o que os *kinja* procuram combater.

Na tentativa de estreitar os laços *fraternos* e de *amizade* o Comando Militar da Amazônia realizou uma reunião no Nawa no dia 14 de fevereiro de 2014. A princípio essa reunião havia sido marcada para 29 de julho de 2013 mais foi adiada. Convém lembrar que em 2008 o exército fez uma operação na TI Waimiri Atroari procurando pelos supostos americanos que comandariam aquela região. Tal ação foi motivada por uma mensagem eletrônica que circula massivamente na internet a mais de 10 anos, intitulado *Relato de um Doutorando*. De acordo com o texto dessa mensagem, o suposto candidato a doutor, que não se sabe quem é, conversando com pessoas sempre muito bem instruídas e locais de Roraima, ficou perplexo em saber que o território do Estado de Roraima constituía-se de mais de 70% de terras indígenas e que para chegar ao Estado por via terrestre era preciso ser americano caso quisesse cruzar a estrada. Dizia ainda que era possível observar bandeiras americanas hasteadas nas terras indígenas.

Para quem acompanha os debates e notícias relacionadas a questão indígena no Estado de Roraima, bem como participa dos principais embates nas formulações de políticas públicas regional e de suas repercussões junto a sociedade roraimense, como é o caso de movimentos sociais e indígenas, percebem um sentimento anti-indígena muito latente. De acordo com o

9 <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2012/05/operacao-agata-4-identifica-pistas-clandestinas-de-garimpo-em-reservas-indigenas>. Acessado em 18/03/2014.

10 Entre os exercícios da tropas aérea, terrestre e marítima consta o apoio à população local com a realização de Ação Cívico Social (ACISO).

coordenador do PWA a gênese desse conflito pode estar ligada a morte do Padre Calleri¹¹. Soma-se a essas questões a presença de uma marcante ideologia militar de ser esse estado “uma área extremamente sensível às pretensões internacionais”¹². Existe uma preocupação muito eloquente de invasão estrangeira. E numa completa inversão de quem seria os estrangeiros, direcionam suas preocupações para os índios.

O que cabe observar nesse conflito para além das demonstrações de força do Estado e aversão aos índios, é que a questão territorial está amparada em ideias e conceitos que emergem de questões políticas sobre como deve ser tratada a natureza. Nesse sentido, esses conceitos para esses atores são totalmente antagônicos. Enquanto os *kinja* mantêm relações diretas com o ambiente natural em que vivem, para as forças armadas não faz diferença se estão cruzando o Tietê ou o Jauaperi, a sua relação com a natureza é de domínio militar.

Segue um relato que sintetiza as discussões desse item e antecipam os demais:

*“Nós nesse dois anos atrás nós sentimos muito tristes. Ainda não temos respeito. O Governo ainda não tem respeitado nós, porque vem Exército do Brasil e Marinha. O índio não está atrapalhando nada. Aqui nós estamos no nosso lugar, aqui é a nossa terra. Nós como índio, não estamos fazendo mal ao Brasil. Se é preciso fiscalizar, é lá na fronteira do Brasil. Não é aqui dentro. Nós aqui dentro fiscalizamos nosso território. Se for preciso avisar ao governante ou exército, nós poderemos chamar. Mas não! Eles vêm com força, vêm com tudo e ameaçam nossas vidas. Então é isso”.
(Ewepe, 29/10).*

“É, falando sobre essa legislação e esse conflito. É, o que eu observo no próprio Governante. eles falam né, na legislação, tem lei e tudo bonitinho carimbado, mas só que pra eles assim, o mundo de kaminja eles cumprem, agora pra nós o povo indígena brasileiro, eles não tem respeito. Aí eles falam assim: Ah, soberania nacional, como esses maiores autoridades na força armada, ele não tá nem aí. Pra nós, eles assim, são inimigos, ele não tem respeito nosso. Eles já passaram aqui, já vieram aqui, falaram que vão ser sempre amigo, mas não é. Mas na hora, o Governo,

11 Como já informado neste estudo, o padre Calleri foi incumbido de fazer a pacificação dos Waimiri Atroari, de modo a permitir a abertura da Br-174. A expedição que contava com 11 pessoas, entre as quais seis mulheres, terminou com todos mortos por um dos grupos locais Waimiri Atroari (cf. Carvalho, 1982). O corpo de padre Calleri ficou sendo velado por 15 dias em Boa Vista causando grande comoção a sociedade roraimense e o sentimento de ódio aos *kinja* Sua morte serviu de pretexto para a criação do *60 BEC em Boa Vista e um Agrupamento em Manaus, tornando o exército responsável pela obra*.

12 Depoimento do Vice Governador de Roraima, Chico esteves, sobre a necessidade de construção de um aeroporto em Santa Maria do Boiaçu.

governante, já muda totalmente na legislação. É isso que acontece, nós não fizemos acordo com eles, como você tava perguntando a respeito desses pescadores, castanheiros e tartarugueiros, nós sofremos com isso, assim, nós não tem raio x, não,... eles não escuta nós, mas a gente fala que é proibido, proibido pesca, caça, mas eles não tão nem aí. O que faz isso é o próprio Governo, como o Wame tá falando. É isso que acontece, pra qualquer lugar, não é só onde Waimiri Atroari, onde tem povo indígena, eles tão lá, porque a gente fica assim..., não é só aqui que ele faz isso não, mas por outros povos indígenas, é ameaçado, ele não vê, ele só vê só pra eles, como fosse dona da terra, mas não é. mas a gente tem legislação que fala: o povo... os portugueses descobriram o território brasileiro, é Brasil, mas não é! nós habitava aqui, nosso avô já morou aqui, sempre nosso avô já existia, já habitava nesse território, mas outros povos indígenas já foi extinto, não existe mais, é isso nós sabemos muito bem, por que que nós sabe? Porque tem história que conta, tem mais velho que já contou pra nós pra saber como que aconteceu e o que que vai acontecer. Como nós tamo falando agora. É a mesma coisa. Eles não vê causa indígena. Nós somos brasileiros, eles também são brasileiros, por que que eles não pensa no modo que nós podemos usar nosso ambiente, mas isso não acontece, é ao contrário, eles fazem a legislação pra ameaçar, o que for, onde for a terra indígena, eles acham que ele é dono de tudo, mas não é! a gente tá aqui sofrendo com isso e BR, linhão, Paranapanema, empata de entrar lá em Balbina, tudo eles fizeram, mas só que o Governo não vê o que que tá acontecendo pra causa indígena. É isso, nossa preocupação maior é isso. Que antes de acontecer isso, nosso avô também não sabia. Hoje em dia, sabemos o que pode acontecer, quem manda e quem não manda, mas a gente fica ciente disso, por isso que eu tô falando, nós não temos acordo com esse pescadores com esse... desse governante, mas a gente fala com eles, mas eles fala que existe lei de hoje com respeito indígena. Mas não tem. Só no papel, na prática ele não respeita não, ele passa de todo o jeito que eles quiser, pra matar a comunidade inteira, se é pra matar a terra indígena toda, mas ele não tem é respeito entendeu? é tortura, já falei isso, pode ficar ciente disso, dessa causa, sabe por que? Como eu tô falando, nós aqui, sempre nós vamos ter briga com o governo e Waimiri Atroari, até que a gente chega acordo. É assim que nós discutimos, é assim que nós conseguimos, é assim que sempre nós vamos lutar, entendeu, como a gente tá falando agora, se existe lei... tô nem aí, os outros não usam... é isso que acontece, a minha colocação é isso, por isso que eu sempre fico

preocupado, fico observando, sempre acompanhando assim, o desenvolvimento do mundo do kaminja e nós temos outro desenvolvimento dentro do nosso território, é uma maior preocupação pra nós, e pra... de fora que a gente vê que tá aproximando nossa terra, como ontem nós tava vendo, já passou do limite do Pirititi, daqui a pouco vai chegar nosso marco. Quem tá fazendo isso? É o Governo. Quem tá mandando isso? Será que nós que tamo autorizando pra eles entrar até o limite do Pirititi? Não, é eles que tã fazendo, o pessoal de fora, os moradores que tã aí também, não sabem como fazer e o ribeirinho que fica na beira também não sabe o que fazer, é isso que acontece. Não é só aqui na estrada, não é só lá na terra onde o Pirititi tá, lá pra baixo também acontece isso. O que eu tô falando, nós somos sofridos, só pelo causa que é o Governo entendeu? é isso que acontece, minha colocação é isso". (Juanico, 29/10).

6.1.2 - Rio Negro

"Aqui embaixo, na boca do rio Camanaú, também é uma preocupação. Aqui fica bem próximo de Manaus, que o Rio Negro passa, aqui todo dia passa um barco grande. Até a Marinha, chega até aqui no Mahoa, chega até no rio Camanaú e no PV Waba Manja, kiswa" (Ewepe, 29/10).

Os *kinja* também encontram situações difíceis no sudoeste da TI com pescadores e demais invasores que entram na terra indígena para caçar, pescar, coletar, exercer pressão e extrair seixo e areia. Essa atividade é praticada por várias balsas, uma delas alegam ser do Prefeito de Novo Airão, e já foi denunciada ao MPF/AM pelos Waimiri Atroari. Essas balsas costumam ir até o Mahoa.

O local conhecido como Vila Batista, situado na boca do rio Camanaú, recebeu alguns Satere Mawe de Parintins levados pela Funai por conta de conflitos internos em suas terras de origem. A perspectiva era transitória até a resolução dos conflitos para que retornassem a sua terra, porém essas famílias foram ficando, alguns *kaminja* foram se juntando (muitos dos quais antigos funcionários do SPI e Funai), matrimônios e alianças foram sendo constituídas e a situação se tornou muito incomoda pra os Waimiri Atroari por tratar-se de um território tradicionalmente ocupado. Exigiram a retirada dos índios dali e aos poucos foram comprando as benfeitorias dos *kaminja*. Estabeleceram esse espaço como "área recuperada" e para seu controle Instalaram no local o Posto Waba Manja, em homenagem ao local onde disseram ser de treinamento de matar *kaminja*. *Manja* quer dizer tocaia e Waba é o nome de um guerreiro que fez muitas expedições ao local para evitar a entrada dos *kaminja* em passado remoto.

Um pouco mais ao sul havia um entreposto de pesca na Ilha do Jacaré. Além dos problemas relacionados à pesca, havia um flutuante em sua face leste que os *kinja* alegavam ter muitas confusões relacionadas ao consumo de álcool. Para evitar maiores problemas os *kinja* acerca de três, quatro anos atrás, compraram o flutuante e foram comprando aos poucos as casas dos posseiros para acabar com a movimentação de pessoas indesejadas num ambiente em que consideram importante à sua territorialidade. Trata-se de um ambiente repleto de lagoas e praias que a muito são utilizados pelos *kinja*. Existem muitos relatos de que estabeleciam acampamentos temporários (*kinja paha*) nessa região durante o verão. Em razão dessa importância também implantaram ali, recentemente, o Posto de Fiscalização Suwa, no local que era chamado de fazendinha, antiga propriedade do Prefeito de Novo Airão. O nome do Posto foi dado para lembrar de um guerreiro *kinja* que foi morto no local por um *kaminja* enquanto estava pescando¹³. A aquisição dessa ilha, registrada em nome da ACWA, criou conflito com o ICMBio por conta de sua extremidade sul estar inserida no Parque Nacional de Anavilhanas, onde existe intensas atividades turísticas e de pesca esportiva ainda não regulamentadas. As prefeituras de Novo Airão e Manaus tem muito interesse na região justamente pelo número de turistas que são atraídos para a visita do local.

Essa região já havia sido utilizado pelo SPI para atração dos Waimiri Atroari, sendo inclusive reservada como o nome de Jacaré-Xipaca. Em função das dificuldades de administração foi sendo invadida, mas como já relatado aos poucos foi sendo recuperada pelos Waimiri Atroari, sem a necessidade de atuação direta do Estado.

6.1.3 - Rio canoa/rio Pardo

Durante a construção da UHE Balbina, estudos indicaram a necessidade de fazer um dique de contenção dentro da TI Waimiri Atroari para que a área do reservatório do lago não atingisse outra bacia hidrográfica. Para fazer essa obra foi necessário abrir um acesso, que por sua vez possibilitou a formação de assentamentos e a chegada de posseiros. Esses assentamentos tem crescido nos últimos anos e com isso ampliado os casos de invasão ao território indígena para pesca e caça, bem como de retirada de cipó, conhecido como escada de jabuti. Aliás, os *kinja* não sabem os usos que são feitos com este cipó. Acreditam que seja para artesanato. Mencionam

13 Utilizam a palavra *paty* para designar local de uso de recursos. Diversos relatos denunciam que era justamente no desenvolvimento das atividades de caça e pesca que era vitimados pelo *kaminja*. Paulo Monte (1992:33) observou que no começo do povoamento do Rio Negro os segmentos da sociedade começaram a avançar e frequentar de forma mais constante o território dos Waimiri Atroari justamente para desenvolver atividades de caça e pesca, sendo então vitimados pelos índios. Ou seja, embora estivessem praticando a mesma atividade, grosso modo, existia um pertencimento e limites de território que não eram percebido pelos *kaminja*. Foi a partir desses embates que se organizavam expedições punitivas aos índios. Daí já não mais só os novos moradores, mas tropas destacadas para esse fim.

também que muitos fazendeiros do Mato Grosso do Sul tem se instalado na região comprando terras de posseiros para criar gado.

6.1.4 - Rio Uatumã

“Agora, aqui, no lago do Balbina nós também estamos sentido muitas pessoas vindo pescar na margem esquerda da nossa terra. Em uma área que nós podemos, não só nós como índio Waimiri Atroari, mas todo cidadão, deve respeitar uma área de preservação de peixe, de reprodução. Com tanta [tanto quanto] caça, com tanto [tanto quanto] peixe, mas não. O homem branco quer usar toda a área, tirar todo o peixe. Como ela vai se reproduzir se a gente não se preocupar com o nosso futuro? Como que vai ser nosso futuro? Como que o nosso neto, o futuro nosso neto vai pescar? Como ele vai reconhecer a espécie do peixe se não fizer isso? Mas não! Homem branco só preocupa nele. Só hoje! Com o que ele se preocupa? Em ganhar mais dinheiro, em ser rico. Então, esse também é uma pressão muito alta para nós, para nosso povo, pro nosso rio”. (Ewepe, 29/10).

A Reserva Biológica do Uatumã também se insere no palco dos conflitos com os Waimiri Atroari e é objeto de grande preocupação com o seu uso, principalmente por estar numa região considerada território tradicional Waimiri Atroari. Desse modo, ICMBio, pescadores, tartarugueiros, castanheiros, turistas, pesquisadores e posseiros estão no rol dos atores em disputa. A Rebio foi criada como compensação da UHE Balbina e os *kinja* por meio de sua Associação mantinham um convênio com Ibama e posteriormente ICMBio para ações de fiscalização. Perdurou por 10 anos e se extinguiu com a saída da Eletronorte de Balbina. Tinham 18 funcionários e hoje resta apenas um funcionário trabalhando na fiscalização de uma área de 940.358 ha.

Algumas operações de fiscalização contam com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Amazonas (SEMA/AM), policia ambiental e polícia militar. Segundo o coordenador e único funcionário da Rebio Uatumã, Sr. Juliano de Oliveira, as principais ameaças sempre foram pescadores e caçadores, mas recentemente o extrativismo (principalmente buriti e castanha) e a coleta de quelônios e ovos na praia se intensificaram. Sobre as áreas de castanha os *kinja* relatam as dificuldades e o perigo em abordar os castanheiros:

“(...) Próximo de uma aldeia, lá tem muita castanha, lá tá retirando muito. Área de Rebio. Porque a última vez que a gente foi fiscalizar, tinha muito kaminja, a gente

entrou contato com kaminja, ele veio pra tirar as castanha aí dentro né. Agora ninguém vai toda hora pra fazer aquele fiscalização não, porque, polêmica com pessoal do Rebio né. Porque tem como a gente fazer fiscalização aí não, por causa do kaminja né, porque kaminja entra armado. Perigoso aí, essa área aí” (Sawa, Nawa, 09/10/13).

Juliano observa que a fiscalização diminuiu e o crescimento da população tem aumentado a pressão pelos recursos da Rebio. Enumerou alguns desses focos de pressão: Vila de nova Jerusalém (km 180), Rumo Certo e Novo Rumo (km 169) e novos ramais vindos da BR-174 e da 240 que leva até Balbina (Ver Mapas de Acessos - 2545-00-ECI-MP-4005). Mencionou o igarapé Jiquitaia como um local onde são lavrados muitos autos de infração para moradores dessas localidades. Em 2005, uma Instrução Normativa do Ibama interditou a pesca na margem esquerda do rio Uatumã

O grupo de trabalho *kinja* também relatou esses casos e embora saibam que a capacidade de intervenção deles na margem direita do lago de Balbina seja pequena acompanham com cuidado o avanço da ocupação na região.

“Tinha só uma casa, agora já tem várias casas. Vem aqui... já tem um a mais. Ele vem entra contato com o pessoal do ramal, ele puxa... aí de lá ele chama kaminja pescador pra entrar em margem esquerda. Então é essas coisas, eles acampam fora da reserva, aí ele entra pega peixe, pega pássaro, é assim, não tem controle certo não, por causa do povo é muito grande aí (Sawa, Nawa, 09/10/13).

Esse de lá de margem de direita a gente não meche não. Não cabe ao pessoal da REBIO não. Essa área aqui [apontava para o mapa] já tá sendo ocupada pelos invasores, tá fora da REBIO. Quando, mesmo que ele permanece aqui, na boca da noite o caboco atravessa e vai lá pro outro lado, isso que acontece. É, algumas ilhas já tá sendo ocupado, já tá fazendo roça, coloca roça, queima lá, faz tudo o que pode fazer. Eles estão ocupando então assim: eles estão ocupando essa margens aqui, margem direita”. (Ewepe, Nawa, 09/10/13).

Quando perguntado sobre o perfil dos moradores da margem direita do rio Uatumã oposta a Rebio, Juliano mencionou que em grande medida no começo da invasão são pessoas pobres, mas depois de um ano volta ao lugar e encontra uma casa bonita, bem distinto da situação anterior. Citou um caso de uma operação em que se deparou com pessoas pobres, relatou que ao ver uma clareira

aberta por um ocupante o questionou sobre a motosserra utilizada, mas obteve como resposta que esta não existia, pois só tinha machado. Ao ser informado que não poderia ter desmatado o local, alegou ter saído de Manaus para tirar os filhos do vício das drogas e que ali estavam frequentando a escola, considerando ser o único meio de tirar os filhos do vício. Mesmo sensível ao caso Juliano refletiu que o cidadão estava saindo de um problema e causando outro. Ressaltou também o crescimento do número de pousadas na região, o que ocasionou o aumento do fluxo de embarcações no lago, de pesca esportiva e de andanças no interior da Rebio.

Mesmo essa região não estando no interior da TI Waimiri Atroari e sendo considerada uma reserva biológica, ou seja, de proteção integral, os *kinja* nunca deixaram de considerá-la território tradicional. Todos os estudos antropológicos realizados entre os *kinja* comprovam a relação territorial deles com esse lugar. Não à toa que retornaram, mesmo com o lago, e fundaram as aldeias Ba e Warine. É com esse sentimento de pertença, e pelo fato desse território não mais contar com uma fiscalização mais eficiente, que os Waimiri Atroari montaram o Posto de Vigilância Warine e a base Waba, e são eles mesmos que fazem a fiscalização. Por meio de um eficiente sistema de rádios fazem comunicação com os demais postos indígenas e até com Balbina. Sempre que necessário acionam as redes de fiscalização para providências.

Durante o trabalho de campo foi feito o percurso de barco pelo lago em companhia do grupo de trabalho *kinja* e do Coordenador da Rebio, passando pelo Posto Warine indo até a base Waba, que fica numa pequena ilha em frente ao leito do rio Pitinga. Assim como nas incursões ao rio Jauaperi, relataram no rio Uatumã uma série de *mahara* (antigas áreas de roçado, domínio e uso das aldeias), onde destacou-se o *mahara* Widixi Maho, considerado uma aldeia central em que unia os vários grupos locais que viviam nas margens desse rio. No retorno a equipe passou pela margem direita do rio Uatumã para verificar os acessos que estão sendo abertos na mata. Foi visto uma picada vinda da "vicinal Paulista" e neste momento o coordenador da Rebio se mostrou preocupado: "isso é bem grave tem que monitorar, a intenção é chegar no lago". Sawa então fez uma comparação com acessos realizados no norte da TI, no Estado de Roraima: "do Trairi começou assim, por isso a gente tá sabendo que aqui vai ser uma estrada". Entendem como o começo de uma ameaça e acreditam que vão entrar na Rebio e na TI. O coordenador da Reserva aconselhou o Presidente do Conselho da Rebio a entrar em contato com o Presidente do ramal do Paulista (um dos assentamentos rurais próximos a Balbina) para verificar o problema que está ocorrendo ali. De modo geral os *kinja* manifestaram grande preocupação com o processo de ocupação dessa margem do Uatumã.



Figura 6-4 - Área do PV Arine.



Figura 6-5 - Área do PV Arine. Foto PWA.



Figura 6-6 - Base Waba, Rebio Uatumã.



Figura 6-7 - Base Waba, Rebio Uatumã. Foto PWA.



Figura 6-8 - Acampamento provisório na área do Ramal do Paulista na área do reservatório da UHE Balbina. Foto PWA



Figura 6-9 - Ramal do Paulista na área do reservatório da UHE Balbina. Foto PWA

6.2 - EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA

“No mínimo, há que se admitir que uma usina, estrada ou lavra, dentro ou nas proximidades de uma área ou rio indígena, leva consigo não apenas sua ameaça direta, mas o conjunto das implicações do desenvolvimento regional que passa a estimular. A valorização das terras e o conseqüente aumento das invasões é imediato. Com a colonização vêm as estradas irregulares, o roubo de madeira, a corrupção, a desintegração da vida tribal, a prostituição, etc.” (Leonel, 1992:142)

6.2.1 - Rodovia BR-174

A rodovia federal BR-174 pode ser considerada um marco na invasão recente do território dos Waimiri Atroari. A rodovia longitudinal atravessa 125 km da atual reserva dos Waimiri Atroari dividindo-a ao meio. No final da década de 1960, os governos do estado do Amazonas e do então território federal de Roraima buscavam consolidar a ligação entre Manaus/MA e Boa Vista/RR já que essa era intermitente e precária. O acesso fluvial ao território de Roraima era de difícil navegabilidade e em determinadas épocas o acesso a Boa Vista só era possível por avião (Rodrigues; Pinheiro, 2011:516).

As obras de construção da rodovia BR-174 (Manaus - Caracaraí - Boa Vista) ficaram a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER e do Departamento Estadual de Rodagens do Estado do Amazonas - DER-AM. Entretanto, as obras contavam com um grande obstáculo, atravessar os territórios dos Waimiri Atroari, que sempre resistiram ao contato com a sociedade envolvente e lutaram pela manutenção dos seus territórios.

No intuito de iniciarem as obras o mais rápido possível, e tendo conhecimento das histórias envolvendo os conflitos entre os Waimiri Atroari e os não indígenas, o Departamento de Estradas e Rodagens do Amazonas, o DER-AM, solicitou ao SPI que pacificasse os indígenas no menor tempo possível para que não ocorressem confrontos com os trabalhadores. Além disso, era intenção que os próprios Waimiri Atroari fossem parte da mão de obra, nos serviços de supressão vegetal. Deve-se ressaltar que durante muitos anos o contato com os indígenas era estabelecido visando a sua incorporação na sociedade envolvente, e preferencialmente como mão de obra nas regiões consideradas inóspitas¹⁴.

14 Souza Lima a partir de um minucioso trabalho de fontes historiográficas esclarece que foi com a publicação da “lei n.º 5.484, em 27 de junho de 1928, que atribuiu ao SPI a tarefa de executar a tutela de Estado sobre o status jurídico genérico de índio, sem deixar claros os critérios que definiam a categoria sobre a qual incidia. Inaugurou-se então o regime tutelar sobre os povos indígenas, marcado pelas mesmas ideias assimilacionistas de nosso arquivo colonial, em que os indígenas são categoria transitória, pois, uma vez expostos à civilização, deixariam de sê-lo. Por isso a ideia era reconhecer-lhes pequenas reservas de terras, o básico para se sustentarem, de acordo não com seus reais modos de

O sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, que trabalhava na Delegacia Regional da FUNAI¹⁵, na cidade de Manaus foi destacado para esse trabalho em virtude de já manter contatos esporádicos com esses indígenas.

O sertanista inicia o seu trabalho, mas este é considerado lento para as pretensões do DRE-AM e em pouco tempo o sertanista é substituído pelo Padre Calleri da prelazia de Roraima (Do Vale, 2002). Com pouca experiência de contato com os indígenas, o padre e a sua equipe partem em expedição, em 22 de outubro de 1968, para “amansar” os Waimiri Atroari. Antes do final do mês estariam, com exceção de Paulo Mineiro, todos mortos (Carvalho, 1982).

Após o fracasso da expedição, os trabalhos da rodovia ficam suspensos por pouco mais de três anos devido à falta de recursos, sendo retomados em 1972, mas desta vez sob a responsabilidade do 2º Grupamento de Engenharia e Construção e do 6º Batalhão de Construção do Exército Brasileiro que buscou construir a rodovia a todo custo e segundo os seus critérios. A atuação do exército descumpria as recomendações da FUNAI em relação a normas e conduta como, por exemplo, que os trabalhadores não caçassem na região, evitassem andar armados ou se afastassem da área da obra¹⁶. Em virtude dessa negligência, as relações entre o exército e os funcionários da FUNAI foram ficando cada vez mais tensas, e com a necessidade cada vez mais premente de concluir as obras as divergências entre as instituições foram se agravando e as ações indigenistas foram atropeladas (Do Vale, 2002).

Entre os anos de 1972 a 1977 a construção da BR-174 atravessa as terras indígenas enquanto a FUNAI busca atrair os Waimiri Atroari. Em 1973, Gilberto havia retomado seus trabalhos junto aos Waimiri Atroari e continuava com métodos de não ingerência na vida dos indígenas e, também tentando junto ao exército que esse instrísse os trabalhadores em relação ao comportamento adequado, caso ocorresse o contato, apesar da falta de receptividade das Forças Armadas em relação aos seus pedidos. A construção da rodovia avançava cada vez mais rápido e a possibilidade de contato com os indígenas era cada vez mais eminente (*Ibdem*).

Em novembro de 1974, a FUNAI afasta Gilberto da Frente de Atração visando modificar os métodos de trabalho na área. Os funcionários da FUNAI que prestavam serviços para a frente de atração Waimiri Atroari passaram a ser remunerados pelo exército e todas as medidas de conduta

vida, mas com aquilo que se pretendia ser seu futuro - pequenos produtores rurais ocupando o território brasileiro, isto é, trabalhadores nacionais” (Souza Lima, 2005:242).

15 O SPI foi extinto em 1967 e em seu lugar foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

16 Ações que hoje fazem parte das regras básicas de conduta dos trabalhadores em empreendimentos de infraestrutura.

na área implementadas pelo sertanista são abandonadas (*Ibdem*). O exército também optou por demonstrações bélicas dentro da reserva, o que incluía explosão de dinamite e granadas e o disparo de rajadas de metralhadoras visando amedrontar os indígenas e garantir a construção da rodovia a qualquer custo, ou nas palavras de Carvalho: *"naquela manhã de novembro, foi oficializada a guerra que desde há muito tempo existia contra os índios Waimiri Atroari"* (Carvalho, *idem*:158)¹⁷.

Após a morte do sertanista Gilberto, em dezembro de 1974, Sebastião Amâncio da Costa assume a frente de atração e novos métodos de contato são apresentados em conjunto com o 1º Batalhão de Infantaria da Selva. O lema agora era construir a rodovia a qualquer custo, independente do impacto que ocasionasse aos povos indígenas. O Coronel Arruda, comandante do 6º BEC, evidencia essa conduta, quando se refere as obras da estrada: *"Não vamos mudar o seu traçado, que seria oneroso para o Batalhão, apenas para pacificarmos primeiro os índios"* (Jornal o Estado de São Paulo, 1982 *apud* Rodrigues, 2013:229)

Ao fim das obras, o 6º BEC instala guaritas de controle no limite da área indígena para garantir o tráfego na rodovia (Filho, 2010:34-35). *"De acordo com o padre Vicente, a Funai, e não os Waimiri-Atroari, era culpada pelo ataque de 1974. Ela deveria ter convencido o Governo Federal a desviar a estrada Manaus-Boa Vista, além de demarcar e defender a reserva Waimiri-Atroari."* (Davis, 1978).

No ano de 1994,

"(...), foi realizada a pavimentação asfáltica do trecho entre Boa Vista e o marco BV-8A, consolidando a ligação daquela capital com a Venezuela, e, em seguida, o asfaltamento do trecho entre Boa Vista e Caracarái. Naquele ano, foram iniciadas as obras de melhoria e asfaltamento dos trechos Manaus - Rio Alalaú (na fronteira estadual Amazonas/Roraima), e, Rio Alalaú - Rio Branco (na cidade de Caracarái) (SILVA; SÁ, 2003). Conforme estes autores, logo após a pavimentação da BR-174, ao contrário do que se esperava, não havia frotas de caminhões para utilizar esta nova rota de exportação. Assim, a vantagem de economizar duas semanas em transporte

17 Recentemente a responsabilização do estado brasileiro pelos combates de guerra e genocídio exercidos contra os Waimiri-Atroari, tornaram-se examinados no âmbito da Comissão Nacional da Verdade - CNV instituída pela Presidência da República para apuração dos crimes cometidos pela ditadura militar. A CNV começou a investigar, em outubro de 2012, a morte de pelo menos 2.000 índios Waimiri Atroari durante a construção da rodovia BR - 174 e o uso, inclusive, de armas químicas. Em 2013 a CNV visitou a TI. Os Waimiri Atroari se mostraram muito reticentes sobre a real efetividade dessa Comissão fazendo comparações com as medidas ostensivas adotadas recentemente pelo governo federal contra os povos indígenas, citando o caso da morte de um índio Munduruku na Terra Indígena Munduruku.

rodoviário superava o custo de exportar diretamente por navio. No entanto, o discurso relativo a uma rota de caminhão para a Venezuela serviu ao propósito de obter apoio político para pavimentar a rodovia." (Rodrigues; Pinheiro, Opus cit:516).

Em 1977, foi concluída a ligação entre Manaus/MA e o marco BV-8A na fronteira Brasil/Venezuela e a pavimentação total da rodovia.

Desde o início do século XX, existem relatos de epidemias entre os grupos indígenas da região (Baines, 1991), mas com a construção da BR-- 174, a chegada de levas de trabalhadores, o contato com as frentes de atração e as ações armadas do exército, os Waimiri Atroari iriam experimentar um processo de depopulação sem precedentes, ao final desse processo a população Waimiri Atroari era de apenas 322 indivíduos (Baines, 1993).

Os Waimiri Atroari, contudo, também fazem a sua própria leitura e, atribuíram à feitiçaria essa mortandade, as doenças chegariam ao corpo dos indígenas através de flechas envenenadas lançadas, à noite, pelos espíritos agressores dos brancos. O veneno se instalava no corpo dos indígenas causava febre e dores levando-os dessa maneira a morte.

Durante a construção da rodovia, o Estado do Amazonas buscou incentivar a criação de projetos de assentamentos rurais. Em Roraima a atração se deu, não só pelos projetos de colonização, mas pelo incentivo a pecuária e as atividades de mineração (Rodrigues; Pinheiro, *Opus cit:517*).

O estabelecimento de uma rota viária na região permitiu a chegada de outros projetos como a mineração, a agropecuária e hidrelétricas, pois as rodovias favorecem um fluxo maior de pessoas e cargas além de serem matrizes para o surgimento de ramais e vicinais que permitem o povoamento e a exploração dos recursos naturais existentes. A construção da BR-174 e a sua posterior pavimentação favoreceram também o desflorestamento da região, a degradação dos solos, o assoreamento de cursos d'água (*Ibdem*), o afugentamento e atropelo da fauna, além de funcionarem como propulsores do desenvolvimento econômico e como "*vetores de pressão e degradação socioambiental*" (*ibdem:514*).

Atualmente corre ação ordinária na 1º Vara da Justiça Federal de Roraima promovida pelo Estado de Roraima¹⁸, contra o bloqueio da estrada promovido pelos indígenas no período noturno¹⁹. A

18 A ação é de 2008.

19 http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=99308&id_pov=299

estrada é fechada com cancelas e correntes pelos indígenas no período noturno, exclusivamente para carros de passeio e caminhões de carga não-perecível, para preservar a segurança do grupo e atenuar os impactos socioambientais criados pelo aumento do fluxo de veículos na rodovia.

É esse que é o nosso conflito. Muita das pessoas, ou deputados, ou senadores, alegaram, por lei, quando nós fechamos a BR-174 às 18 horas para pessoa ou carro de passeio. Para carga de perecíveis vai até dez horas da noite. O carro, que tem passageiro como o ônibus, é 24 horas. Eu não vejo aqui, eu como índio, não vejo carro totalmente parado. Quando é feriado, quanto é Natal, quanto é Ano Novo. A gente fica liberado até dia 31 para a pessoa deslocar e mais na volta dele. Então não está fechado. Eu recentemente, no ano retrasado, fui ao Rio de Janeiro e vi lá que o pedestre que não tem dinheiro, será que passa? Não vai. Se der dinheiro passa, porque muito dos governantes alegam que é o direito de vir e ir. Eu não vi o direito de ir e vir lá no Rio. Se eu não tenho dinheiro, eu não vou de carro. Então, aqui, você não paga nada. Aqui apenas a pessoa que estiver cansada, pode descansar para não acontecer acidentes, o que pode ocorrer durante a noite. E já aconteceu muita das vezes isso. E o Governo não reconhece isso. Ser humano não é pedra. Como ele vai aguentar com sono? Ele vai dormir no volante. E isso aconteceu muito. Então, a BR-faz isso conosco (ewepe, Nawa, 29/10).

Um dos principais conflitos existentes atualmente com a estrada é o fechamento do tráfego no período noturno a carros de passeio e cargas perecíveis e não perecíveis. A “corrente”, ao mesmo tempo que possibilitou a permanência do controle de tráfego na Terra Indígena com vistas a salvaguarda da fauna, da segurança própria e da vida dos próprios motoristas em relação a acidentes de trânsito, alimentou um sentimento contrário aos direitos indígenas por parte de governantes e setores da sociedade roraimense. Isso é visto como uma ameaça muito grande aos direitos territoriais dos *kinja*.

“Eles querem tirar porque eles vão produzir mais fazendas. Então eles querem ameaçar a gente, fica dizendo que a gente não tem direito. Claro, pra não-índio nós não temos direito. Pra nós, nós temos o nosso direito. Então é preciso que o governo reconheça o direito dos povos indígenas e isso é muito difícil deles reconhecerem. Porque hoje é o petista que tá no comando. Então o petista quer toda a terra pra ele. Isso que a gente deu pra notar que isso é uma ameaça”. (Ewepe, 12/10).

“O Governo e os deputados de Roraima podiam entender melhor que não é a corrente, não é a terra indígena”. (Parwe, 6783)

Segundo Parwe existe uma falsa alegação de que as correntes atrasam os caminhoneiros na entrega da carga, isso porque omitem as dificuldades burocráticas da SEFAZ para a liberação das cargas, motivo de grandes atrasos. Esse seria inclusive o *stress* antecipatório provocado em muitos caminhoneiros. Segundo Parwe, as vezes tem um ou outro caminhoneiro que fica mais nervoso e quer passar de qualquer jeito. Quando isso acontece e conseguem arrebentar a corrente, os *kinja* que estão de prontidão no Posto puxam o jacaré para furar os pneus. Como resultado, o caminhão fica na pista, os ônibus querendo passar e a confusão se instala. Para Sawa, “quando o exército estava com a corrente o pessoal nem se manifestava assim. Isso que nós estamos percebendo agora” (6785).

Vale lembrar que quem instalou as correntes na estrada foi o exército durante a construção da rodovia, permanecendo até o ano de 1997, quando depois de pavimentada as entregaram para os *kinja*.

Sobre a campanha *Sem correntes* que é estampada nos caminhões, Ewepe tem o seguinte entendimento:

“Essa campanha a gente tá acostumado porque tá chegando a época da política. Então, a corrente sempre foi uma bandeira levantada para poder ganhar o voto. Então nós já estamos acostumados com essas campanhas, porque todo político de Roraima sempre levanta a bandeira pra poder ganhar voto das pessoas de roraimense. (...) Depois da campanha isso vai parar, só depois que tem outra campanha. Depois de quatro anos vai levantar o mesmo problema”. (Ewepe, 6785).

A partir dessa discussão relataram que não votam em político nenhum, nem mesmo possuem título de eleitor. A justificativa reside na observação de que não faz sentido votar em pessoas que não lutam pelos direitos indígenas, como se pode observar no relato que segue:

“A maioria dos políticos, os governantes, é contra o povo indígena. Então, como é que nós vamos dar o nosso voto pra essa pessoa? Se ele tá no poder vai ser contra índio, como tá acontecendo no sul [referia-se aos Guarani]. O pessoal que vota nele, tá lá sendo ameaçado. Tá sendo atirado. Então, pra gente como sendo povo indígena

não tem como entender. É por isso que nosso povo Waimiri Atoari nós não vamos votar. Nós não vamos ter título de eleitor". (Ewepe, 6785).

Em relação aos acidentes que ocorrem dentro da terra indígena e que motiva o próprio uso das correntes a noite, relataram que o Dnit já realizou vistorias para levantar os pontos para medidas de segurança, como lombada, quebra mola, radar de velocidade, mas até agora nada foi feito. Primeiramente, foram informados que a demora se tratava de falta de verbas. Em outro momento, foram informados que não poderiam colocar lombadas em BR. Waracaxi, a partir da observação de outras estradas que tinham lombadas se questionou: *"Por que pode num canto e não pode no outro? O governo é um só, por que acontece isso? Essa BR-não pode botar só por que é Terra Indígena? Lá é cheio de lombada, eu vi ai fiquei sem entender".*

Ocorrem muitos acidentes de veículos dentro da terra indígena. Alguns deles, em virtude das características da estrada que é de mata fechada e áreas alagadas em suas margens, torna-se difícil achar o veículo e os acidentados. Não raro, as notícias locais, principalmente, vindas de Roraima, acusam os índios de terem provocado o acidente e/ou sumido com os corpos. Os *kinja* não entendem por que noticiam essas coisas, principalmente pelo fato de que na verdade são eles que acham os vestígios e/ou os acidentados pelo conhecimento e facilidade que possuem em andar na região.

Por fim destaca-se um pequeno trecho que demonstra o entendimento que possuem dos conflitos no território Waimiri Atoari:

"Sempre tem ameaça, mas a gente tem que proteger o que é nosso. A luta vai ter sempre. Vamos passar pra nosso neto também pra não perder o que é nosso (...) a gente torce pra que um dia seja respeitado pelo governo, pela autoridade, mas a luta a gente não vai sossegar não sempre a gente vai continuar" (Waracaxi, rio Jauaperi, dia 07/10/13).

6.2.2 - Projetos de Mineração

Conforme Davis (1978), o planejamento da construção da BR-174 combinava objetivos geopolíticos e econômicos. Oferecia em termos militares a única rota para a fronteira com a Venezuela, e findava na região das grandes jazidas minerais, localizadas ao Norte, viabilizando sua exploração econômica. A construção da estrada fora precedida de amplos e detalhados levantamentos dos recursos minerários, principalmente ao norte e ao noroeste da Amazônia, nos estados de Roraima e Amazonas. Essas pesquisas apontaram a Bacia amazônica como detentora dos mais ricos e diversificados perfis minerais do planeta. (Davis, 1978)

Por intermédio de um programa de cooperação envolvendo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Geological Survey dos Estados Unidos, contando com patrocínio do Governo Brasileiro e da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (U.S AID), realizou-se um pormenorizado inventariamento das riquezas minerais amazônicas, destacando-se três grandes projetos: Projeto Norte da Amazônia (ao norte do Rio Amazonas), Projeto Roraima (ao norte do então Território de Roraima, próximo à fronteira com a Guiana e Venezuela) e Projeto Aripuanã-Sucunduri (ao sul do estado do Amazonas). As informações foram amplamente difundidas nos Estados Unidos, gerando uma intensa mobilização de agentes econômicos interessados na exploração das jazidas descobertas.

Do ano de 1970 ao ano de 1975, sob os encargos da CPRM, foi realizado o mapeamento de uma extensão territorial acima de dois milhões de quilômetros quadrados do território nacional, e foram financiados trinta e três projetos de prospecção mineral. Do ponto de vista econômico, a construção da BR-174 cumpriu o papel de viabilizar o acesso às novas reservas minerárias que foram identificadas.

Importante destacar que o extenso levantamento aerofotogramétrico e mineral da Bacia Amazônica fora empreendido sob a órbita do Projeto RADAM, criado em 1970, e que compunha o aparato tecnocientífico em apoio às políticas públicas para a região, fornecendo informações sobre geologia, geomorfologia, cobertura vegetal, solos, clima e hidrografia, alimentando-se assim os bancos de dados que subsidiavam a formulação das estratégias geopolíticas e de desenvolvimento econômico regional durante o regime militar. De acordo com Gutberlet:

“A elite política e econômica tem se apropriado dessas informações para implementar as suas estratégias de integração geopolítica por meio do modelo de desenvolvimento, com a extração em grande escala de minérios, seixos, ouro, madeira e palmeiras, entre outros, e com a expansão das fronteiras agropecuárias. Entretanto, a escala muito pequena traz muitas incertezas, surpresas e até desconhecimento da realidade local, razão pela qual muitas das políticas levaram ao fracasso. Entre as inúmeras dificuldades que surgem na realização do zoneamento para a região Amazônica está a extensão geográfica e a enorme diversidade ecológica. Para realizar um diagnóstico detalhado de toda a Amazônia, em escala apropriada, seriam necessários recursos muito maiores do que os atualmente disponíveis, além de várias décadas para efetuar os levantamentos.” (Gutberlet, 2002).

Para a análise do conflito entre os territórios indígenas aqui abordados e os processos minerários sobrepostos a estes, foi realizado um levantamento de dados do SIGMINE - Sistema de Informações Geográficas da Mineração, desenvolvido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e em seguida foram cruzados com os dados das camadas da Área das Terras Indígenas e Área de Entorno em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas)²⁰.

Dentre os processos minerários levantados para o presente estudo, todos os que incidem na área das TIs estão em fase de Requerimento de Pesquisa, o que, apesar do evidente conflito de territorialidade representado por cerca de 44,6 % da área das TIs com incidência de processos minerários, a princípio não afeta o ambiente físico dos territórios indígenas por ainda não serem empreendimentos, embora tenham a possibilidade de se tornarem. O Anexo 6-1 - Lista de Processos Minerários na Área das TIs apresenta a listagem dos 226 processos registrados no DNPM em novembro de 2013 inseridos na área das TIs.

Já na Área de Entorno, existem processos minerários em outras fases de licenciamento, e os processos em fases de Autorização de Pesquisa, Requerimento de Lavra, Disponibilidade, Concessão de Lavra etc. mais próximos da área das TIs estão localizados a leste da TI e são referentes à Mineração Taboca.

O Mapa de Processos Minerários - 2545-00-ECI-MP-2002 espacializa o conflito de territorialidades entre os povos indígenas aqui tratados e os processos minerários de uma forma geral, considerando tanto a área das TIs quanto a Área de Entorno.

6.2.3 - Projeto Pitinga

Em 1980, o grupo Paranapanema implementa o Projeto Pitinga para a exploração da "maior mina de cassiterita do mundo" que, havia sido constatada durante o Projeto Radam na década de 1970. Através de um acordo que envolveu FUNAI e o Ministério de Minas e Energia através do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, criada em 13 de julho de 1971, é extinta. De fato, todos os decretos que definem as áreas do grupo são revogados (Baines, 1991). Em 1981, a área da reserva indígena havia sido reduzida em 1/3 para que o Grupo Paranapanema pudesse realizar a exploração mineral da cassiterita (Baldisseri, *Opus cit.*:1425).

²⁰ Os dados são disponibilizados em formato *shapefile* (camadas), foram levantados em novembro de 2013 e estão disponíveis no endereço eletrônico <http://sigmine.dnmp.gov.br/webmap/>

Para a extração e escoamento da cassiterita, minério que após processamento resulta em estanho, o grupo Paranapanema construiu uma complexa rede de infraestrutura, a qual ocupava aproximadamente 250 km² na região do rio Pitinga. Com um contingente de 3.500 trabalhadores, erigiu-se um complexo urbano-industrial²¹ para a residência dos mesmos na área e demais procedimentos necessários ao empreendimento. A presença e o trânsito de trabalhadores em "*aglomerado urbano-industrial*" trouxeram enormes impactos aos Waimiri Atroari, como a intensificação "*do desmatamento das nascentes, das margens de igarapés e contaminando 55% das águas que serviam a Reserva.*" (Baldisseri. *Ibidem*).

Nos três primeiros anos de atuação mineradora, as empresas do grupo Paranapanema abriram 17 frentes de lavra, cuja produção mensal fora estimada em 1.500 toneladas de estanho, afora as prospecções realizadas sobre a expressiva incidência de nióbio, tântalo, zircônio, chumbo e itrium na mesma mina. Uma destas empresas, denominada Mineração Taboca, fundada em 1969, atualmente anuncia em sua página oficial na web que além da mineração e metalurgia de estanho e chumbo, também atua "*nos mercados de Nióbio e Tântalo, através de sua liga metálica FeNbTa, produto obtido da fundição do minério de columbita presente na mina de Pitinga.*"²²

Ao longo da década de 1980, o empreendimento da mineração investiu na construção de uma usina hidrelétrica no rio Pitinga (no município de Presidente Figueiredo), situada a 80 km da mina, a fim de garantir o fornecimento de energia à sua produção, obra que contou com a concessão do governo federal à "Mineração Taboca S.A.", por meio do Decreto nº 92.426, de 25 de fevereiro de 1986²³. Sobre tal concessão, as lideranças Waimiri-Atroari se pronunciaram em carta enviada ao governo federal, em 10 de julho de 1986. Nessa carta acerca do empreendimento, a mineradora é por eles denominada "Mineração Taboca S/A", são enumerados os impactos causados pela mineração em suas terras, tais como a poluição do rio Pitinga, a ocorrência de doenças, a contaminação do pescado consumido pelos indígenas, a invasão e degradação das terras dos subgrupos de parentes "isolados" e de seu modo de vida.:

"Nós, VIANA UOMÊ ATROARI e MÁRIO PAROÊ ATROARI, novos líderes da comunidade Waimiri/Atroari, ficamos sabendo que o Presidente da República assinou Decreto

21 Informação compulsada em 26 de março de 2013 no seguinte sítio eletrônico: <http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/perfil.asp>

22 Acesso em 27 de março de 2013. Disponível em <http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/perfil.asp>

23 Publicado no D.O de 26.02.1986, seção 1, p. 2975..

nº 92.426, de 25 de fevereiro de 1986, autorizando a Mineração Taboca S/A, construir uma hidrelétrica no rio Pitinga.

Acontece que na região em que a hidrelétrica será construída, é um local em que nossos parentes contam que nele vivem os índios PIRIUTITI e TIQUIRIÁ. Os TIQUIRIÁ são nossos parentes, sendo um subgrupo dos Waimiri/Atroari.

No campo de obra da Mineradora Taboca, em 1983 nós vimos rastros dos PIRIUTITI e TIQUIRIÁ. Neste mesmo lugar, está sendo construída a hidrelétrica.

O pessoal da Taboca também avisou a Funai, no mês de agosto de 1985, que alguns índios estiveram no local de construção da hidrelétrica e rasgaram caixas de dinamite e destruíram as bananas de dinamite.

Achamos que os índios que foram na Mineração Taboca, são os PIRIUTITI e TIQUIRIÁ e arreventaram as caixas de dinamite, porque a mineração tem explodido dinamite na terra deles durante a noite. Não sabemos se alguns parentes nossos foram mortos, mas esta situação tem criado muitos problemas.

Outra coisa que é muito ruim, é que com a construção da hidrelétrica, a terra dos PIRIUTITI e TIQUIRIÁ, vai ser inundada. Isso não pode acontecer. Pra que a Taboca foi pra lá? Pra estragar nossa terra? (...).

Até hoje nós não ganhamos nada, nem indenização, nem demarcação, a equipe da Funai, ainda fica ajudando a Taboca e a gente sem ajuda.

Taboca fica tirando nossa terra e nada foi tratado conosco. A Taboca (...), só dá problema e doença. (...).

A Taboca joga sujeira no Pitinga, e isso tem causado muita doença. Sabemos que estes problemas são causados pela Taboca, porque antes do lugar onde estes jogam detritos de mineração, defensores agrícolas, graxa, óleo diesel, veneno, mercúrio, esgotos, nosso povo não sofria as doenças que a Taboca provoca. Só adoecem no percurso do rio abaixo da Taboca.

Agora, quando nosso povo come peixe, fica doente e muita gente morre. (...)

Aguardamos breve resposta e providências (...)."

A histórica, problemática e impactante experiência dos Waimiri Atroari face as atividades mineradoras em seu território, sem dúvida, têm repercutido na posição cautelosa do grupo sobre futuros projetos de mineração que afetem as suas terras. Em 2008, uma comissão de Deputados Federais, por meio de uma abordagem desastrada, buscou iniciar um debate sobre o “projeto de mineração em terras indígenas” com os Waimiri Atroari. A carta-declaração dos representantes desse povo sobre o ocorrido demonstra o amplo conhecimento que detém sobre o tema e o seu repúdio acerca da forma arbitrária como a mencionada comissão buscou realizar a discussão.

“DECLARAÇÃO DO POVO WAIMIRI-ATROARI SOBRE MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS”²⁴

Os Waimiri Atroari, através de suas lideranças, se manifestaram sobre a notícia da visita de uma comissão de Deputados Federais a Terra Indígena Waimiri Atroari, para discutirem a possibilidade de mineração em Terras Indígenas.

Lamentaram que não houve nenhuma consulta, nem mesmo aviso aos Waimiri Atroari sobre a viagem e sobre os objetivos a serem atingidos.

Os Waimiri Atroari estão em plena atividade cultural - Maryba - onde todos participam e que tem restrições cerimoniais quanto a paralisação dos rituais e afastamento de qualquer membro da comunidade para tratar de assuntos diferentes.

Por isto, ao saberem da “visita” dos deputados nesta hora que não poderão participar das discussões, informam que só quatro líderes, que não estão participando dos rituais se disponibilizaram a receber a comissão, na sede do NAWA.

Quanto à discussão de mineração em terras indígenas, assunto de vital importância para todos os índios, demonstraram total insatisfação pela forma encaminhada pela Comissão de Deputados, que pretendem em poucas horas, conhecerem os índios, discutirem as formas de como poderá ocorrer mineração em Terras Indígenas, assunto que exige muito conhecimento e reflexão para quem poderá encaminhar ao legislativo a regulamentação de exploração mineral nas terras indígenas.

24 Disponível em <http://merciogomes.com/2008/02/19/wiamiri-atroari-rechacam-comissao-parlamentar-a-favor-da-mineracao/>

Mesmo assim demonstraram estarem prontos para discutirem o assunto, contanto que seja com tempo adequado e com um agendamento que não prejudique suas atividades culturais.

Além do que consideram um total desrespeito a eles, um grupo de pessoas, mesmo Deputados Federais, chegar sem aviso em suas terras.

Pela comunidade indígena Waimiri Atroari

MARIO PARWE ATROARI

WAME ATROARI

WARAKASHI ATROARI

SAUÁ ATROARI”

Em 2008, o controle acionário da Mineração Taboca e da Mamoré Mineração e Metalurgia é adquirido pelo tradicional grupo minerador peruano Minsur.²⁵

Estrada Vicinal II

Com a autorização da FUNAI, o grupo Paranapanema também logrou construir uma estrada vicinal de 50 km com o propósito de garantir o escoamento da produção mineral de Pitinga até a BR-174.

Sendo assim, depois da abertura da BR-174, os *kinja* tiveram que assistir a abertura de outra estrada em seus territórios tradicionais. Porém, dando tempo ao tempo, os *kinja* assumiram o controle e a fiscalização dessa estrada após muitos conflitos com a empresa mineradora. Em linhas gerais, foi um processo em que foram empurrando os domínios da empresa mineradora para fora dos limites atuais da terra indígena.

De 1990 a 1992 os seguranças da empresa ficavam no Posto a margem da BR-174, onde hoje é o Posto Vicinal II. Os *kinja* tiraram eles de lá e estes então ficaram de guarda no antigo Posto da Funai próximos ao limite da TI, mas ainda em seu interior. Posteriormente, expulsaram novamente os funcionários que ficavam no antigo Posto da Funai numa verdadeira operação de guerra e ficaram por 30 dias acampados no local sem deixar passar nenhuma carga, nem ninguém, esperando a resolução de um acordo acerca das medidas de compensação que

²⁵ Disponível em (com acesso em 26 de março de 2013): <http://www.mtaboca.com.br/port/empresa/historico.asp>

consideravam menos prejudiciais, se é que se pode colocar nesses termos. Somente após o registro do acordo no cartório é que eles se retiraram do local e permitiram a continuidade das atividades da mineradora. A partir daí a nova barreira da empresa teve que ser construída fora dos limites da terra indígena, mas inevitavelmente dentro de seu território tradicional.

Segundo o Coordenador do PWA, Sr Porfirio Carvalho, o que os *kinja* queriam era um contrato justo pelo uso da estrada. O acordo foi fixado em 0,5% da produção de minério mais um teto que hoje está em 220 mil. Todo ano é feito um novo contrato para reajustes. Segundo relatado antes do acordo, o cenário era de corrupção de funcionários da Funai pela empresa e cooptação de lideranças indígenas. Como informou Carvalho, tinham como estratégia a distribuição de geradores para as aldeias, a distribuição de freezers cheio de carnes, a distribuição de outros alimentos (inclusive quentinhas), além de guloseimas, presentes, como por exemplo, a construção de casas²⁶ para algumas lideranças, e muitas outras práticas nocivas ao sistema sociocultural Waimiri Atroari. Assunto, aliás, que se sentem constrangidos e evitam falar, justamente por conta dos problemas causados internamente à organização social e política dos *kinja*. O assédio era tanto e tão eficaz que em determinado momento chegaram a acreditar que essas práticas de “apadrinhamento” poderiam ser permitidas. De todo modo, conseguiram findar com essas relações mais do que desfavoráveis de troca e voltaram para seus modos de vida tradicional, com o mínimo de segurança financeira para fazer o contraponto as novas dificuldades e relações que se impunham as condições de um mundo quer queira, quer não, capitalista.

Por meio do PV Vicinal II controlam toda a entrada e saída de cargas e pessoas pela estrada, sabem assim o montante de minério que passa por suas terras, pois tudo é devidamente anotado.

26 Tempos depois, essas casas foram destruídas pela decisão das próprias lideranças.

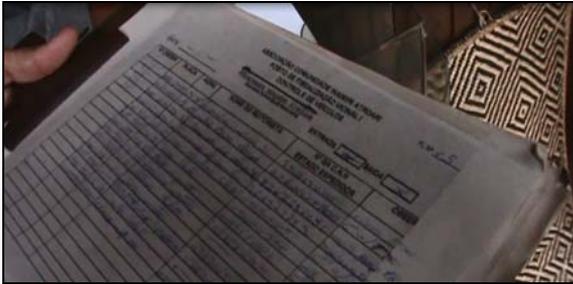


Figura 6-10 - Planilha de controle de cargas e pessoas que entram na Mineradora Taboca

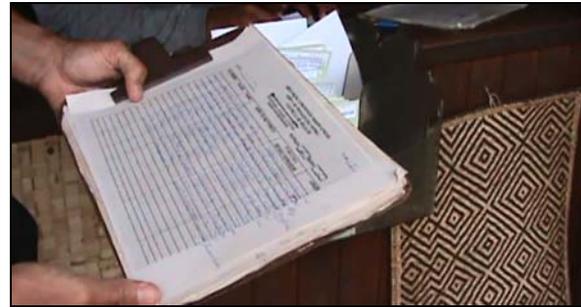


Figura 6-11 - Planilha de controle de cargas e pessoas que entram na Mineradora Taboca

A vila do Pitinga já teve umas 3000 pessoas, hoje está entorno de mil e estuda-se a possibilidade de retirar-la totalmente para fora da área do Pitinga. Foram realizados contatos com a empresa Taboca para que pudéssemos visitar a área e saber dos *kinja* os relacionamentos que tinham com aquele território, mas a empresa alegou falta de tempo para providenciar a entrada do grupo. Sobre esse fato, Wame comentou o ocorrido, relacionando aos conflitos passados:

“Isso não é de agora também não. Desde aquele tempo que não deixava kinja entrar [apontava em direção aos postos que era de domínio da empresa] aquele tempo era dentro do carro da Funai ainda que a gente tentava passa dentro. O mesmo continua né? Oh, o que que eles estragaram nossa terra [apontando para o lago formado pelas enormes crateras onde hoje fazem criação de peixe], da antiga nossa terra. Por isso, que eles não querem mostrar pra gente. Aquilo que ele não tá deixando entrar, não sei, ele tem que conhecer os Waimiri Atroari, nós estamos bem ai pertinho. Vizinho dele. Que que isso? Isso é falta de conhecimento do nosso Waimiri Atroari. Isso pra mim, eu sonhei isso. Ele não conhece Waimiri Atroari? Tudo bem. Tudo bem. Só que tá usando nossa antiga terra. Só pra fazer isso. Eu vejo isso ai. Nós tamos aqui brincando não, tamo pra conhecer o que eles estão fazendo mesmo. Eles exploram nossa cassiterita ai, não sei o que que eles fazem com nossa cassiterita, com a riqueza que nosso avô tinha. Agora é dele. Fala que é dele, tudo bem. Isso que eles faz ai dentro. (...) eles pensam que somos brasileiros de fora, estrangeiros, mas nós somos daqui, daí a gente se sente mal”. (Wame, Vicinal II, 11/10/13).

A mineradora Taboca, assim como os *kinja*, também faz um rigoroso controle de sua área. Entretanto, a utilização que fazem do ambiente em nada lembra uma relação de afetividade, respeito, domínio e relações socioecológicas de subsistência. Não lidam com um ambiente natural, pensado enquanto vivências e cosmologias, antes o que lhes interessa é o ambiente

físico que amparado por formas industriais de adaptação lhes proporciona benefícios econômicos. São concepções territoriais muito distantes e muito difíceis de serem harmonizadas. Pode-se dizer que os *kinja* também usufruem de micro parcela desse capital econômico. Mas não era essa a sua escolha. Foram forçados a falar a língua do capital financeiro, pois essa é a única escolha que esse modelo de desenvolvimento tem a oferecer. Existe obviamente a possibilidade de ficarem aceitando espelhos, mas os *kinja*, dentro desse jogo, ao que parece souberam mexer as peças do tabuleiro. Não escaparam, obviamente, de estarem fazendo o jogo errado, mas estão tentando jogar com dignidade, em respeito a um bem comum e sem abandonar o relacionamento ecológico com seu território.

Independente da assertiva da análise, realmente tem uma conta que não bate, ao tempo em que espelha os conflitos ambientais na Amazônia. O grupo de trabalho *kinja* fez questão de parar num determinado trecho da estrada para mostrar a localização de uma antiga aldeia (*mahara*) (Mapa de Ocupação Tradicional - 2545-00-ECI-MP-4001). Sawa Aldo, que sabe bem o que significa ter que abandonar uma aldeia por motivos externos a sua organização social e política, nos relatou que na estrada da vicinal II, aberta para trânsito de cargas e pessoal da empresa, tinha uma aldeia de um grupo local conhecido pelo nome de seu *mydy iapremy*: Tikiria. Durante a abertura da BR-174, não se sabe bem em que momento, a aldeia ainda existia, mas ficou isolada das demais aldeias *kinja* por ter cortado o caminho de ligação entre elas. Nas palavras do Coordenador do PWA, "a estrada [BR-174] quebrou o elo de ligação cultural das aldeias". Mas com a implantação da mineradora e a abertura da estrada de acesso pra a BR-174, os *kinja* dali sumiram definitivamente. Na verdade, existem algumas versões sobre esse episódio que ora é atribuído a BR, ora a estrada da mineradora. Mas independente das versões, que é difícil de separar tendo em vista a sequência dos empreendimentos, uma coisa é certa: o desaparecimento de uma aldeia inteira que podia chegar até 100 pessoas.

Segue relato que resume muito bem o sentimento que comungam com essa parcela do território Waimiri Atroari:

"Antiga terra o índio nunca vai esquecer, mesmo que seja neto ou filho, sabendo toda a história. Ele sente falta daquela terra. Agora nós queremos ela de volta. Eu não sei com qual ajuda nós vamos retomar ela. Do jeito que está agora, ninguém não está satisfeito não, porque é desmatamento, muita poluição do lado de nossa terra. Por que o povo Waimiri Atroari se sente doente quando pessoa está destruindo, quando pessoa está desmatando. Isso não é a vida do povo Waimiri

Atroari. Por isso onde está o minério, ali é a vida do povo Waimiri Atroari. Então, a gente sente, porque a maioria povo Waimiri Atroari sente sim e quer ela de volta. Não sei quem pode nos ajudar nesse caso. Que eu sei que é muito difícil. Os governantes não são favoráveis de nós tomar ela de volta. Por que a gente sofre muito a pressão forte, muitas pessoas jogam umas coisas que não deveria colocar, falam mal da gente. A gente não tá tomando a terra do governo. Já vivemos isso aqui. A maioria de nossas terras o índio já doou. A maior parte da terra tá sendo maltratada a nossa floresta, não tem isso, a gente não vê isso. Se a gente fosse agora lá dentro a gente ia ver um monte de poluição. É bem ali perto de nosso limite. Não é só ali, em qualquer lugar que estão se aproximando da gente. A gente vê muita poluição. O homem branco não cuida como nós cuidamos de nossa floresta. Então cabe ao índio que tem conhecimento que gosta da floresta, gosta de verde, cuidar. Assumir a responsabilidade, como nossos antepassados falou, assim algumas frases: olha, assuma a responsabilidade, é sua. Então cabe a nós continuar esse trabalho pra sempre e repassar esse conhecimento, o mais importante é repassar esse conhecimento para as novas gerações para que ele saiba que aquela terra que está sendo destruída faz parte de nossa vida. Isso que é o mais importante". (Ewepe, 12/10).

6.2.4 - UHE Balbina

Em 1975, a Eletronorte apresenta relatório de viabilidade para a construção da UHE Balbina, contudo apenas após outorga emitida pelo Decreto nº 79.321, de 1º de março de 1977, que conferia "à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Uatumã, no local denominado Cachoeira Balbina, no Estado do Amazonas", a construção e o funcionamento da UHE Balbina²⁷ seguiram os trâmites então já decididos e em parte efetuados pelo poder concedente em convênio com a concessionária, ainda que por longo tempo sem qualquer diálogo e negociação com as populações afetadas.

As obras iniciaram em 1979 e a ELETRONORTE foi isenta "tanto da Licença Prévia que dá início ao projeto básico, como da Licença de Instalação, pré-requisito para o início das obras". (Baldisseri.

²⁷ Conforme previsto no decreto supracitado (em seu art. 8º), o prazo de concessão estipulado em 30 anos foi renovado em 2007, estendendo-se a outorga até 1º de março de 2027, a partir da assinatura do contrato celebrado entre a Manaus Energia S.A. e o poder concedente (MME Portaria nº 371, de 28 de dezembro de 2007).

ibidem: 1434). Vale mencionar, contudo, que no período compreendido entre o projeto e a execução das obras da usina de Balbina (entre as décadas de 70 e 80), apesar da publicação da Lei Nacional da Política Ambiental, em 1981, ainda não vigorava de forma contundente e detalhada no ordenamento jurídico brasileiro o conceito de “Meio Ambiente” como direito fundamental, tal como definido na Constituição de 1988 e, os critérios básicos para a Avaliação de Impacto Ambiental - AIA na implementação de empreendimentos potencialmente poluidores, definidos pela Resolução CONAMA 01/86. Situação similar ocorre em relação aos direitos indígenas²⁸.

Localizada no rio Uatumã, um dos principais afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, acima da Cachoeira Balbina, no distrito homônimo do município amazonense de Presidente Figueiredo, a UHE Balbina tem uma capacidade nominal de 250 MW (Santos & Oliveira, 1999: 148) e, comporta um reservatório com 2.360 km², o qual resultou no alagamento de expressiva área de floresta tropical densa e de parte considerável da reserva indígena Waimiri Atroari (Figura 6.5.4-1), criada pelo Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1972.

Desde o início de sua construção, a UHE Balbina foi alvo de críticas por parte de acadêmicos, especialistas, gestores, ambientalistas, povos indígenas e comunidades ribeirinhas, com destaque para os Waimiri Atroari, povo indígena mais afetado pela construção da hidrelétrica. Ainda na fase de sua construção, concluída em 1989 (com o funcionamento de apenas uma de suas cinco turbinas), lideranças Waimiri Atroari assim se reportaram ao governo federal em carta-denúncia enviada em março de 1986, *“Um problema muito maior é a Hidrelétrica de Balbina, que vai chegar à aldeia Abonari e Taquari e ninguém vai sair de lá.”*

Sem resposta governamental ao prévio diagnóstico indígena sobre os impactos da UHE Balbina sobre suas terras e modo de vida, as obras da hidrelétrica se estenderam sobre o território Waimiri-Atroari. Ainda em 1981, uma área da reserva é desapropriada para dar lugar ao lago que se formaria com a abertura das comportas da UHE Balbina (Filho, 2010:36). Quando da formação do lago duas aldeias são realocadas, Taquari e Tapupunã, o que implica no deslocamento compulsório de 1/3 dos indígenas. Além disso, a não supressão da floresta que foi submersa acarretou a putrefação da mesma e tornou inabitáveis os afluentes dos rios Uatumã e Abonari (Baines, 1994).

28 O processo assim, não teve, também, consulta prévia aos Waimiri Atroari que teriam parte significativa de seu território de ocupação e uso tradicional inundado e impactado pelo empreendimento.

De acordo com diferentes pesquisadores, a UHE Balbina constituiu-se como um “erro histórico”, tendo em vista a grande dimensão de seu reservatório, a baixa geração de energia considerando-se a área alagada (Goodland *et al.*,1993). Para efeitos comparativos, a UHE Balbina produz 112 MW com um reservatório de 2.360 km², enquanto a UHE Tucuruí com um reservatório de 2.850 km² produz 8.340 MW. Cabe destacar que, o fator de capacidade da usina, isso quer dizer a diferença entre a capacidade instalada (250 MW) e da potência média da UHE Balbina (112 MW) e de aproximadamente 45%, abaixo da média nacional que fica entre 50% e 65% (Rodrigues, 2013:98). O custo da produção megawatt/hora é *“o quádruplo do considerado aceitável pelo próprio setor energético brasileiro para usinas hidrelétricas competitivas, o dobro admitido na geração de termelétricas – para a substituição das quais se justificou a construção da hidrelétrica” (ibdem)*. Soma-se a isso, a emissão de gases de efeito estufa (Lourenço, 2008), a perda florestal e faunística, alteração do regime hidrológico, assoreamento, proliferação de macrófitas flutuantes, além da presença de *“gases tóxicos como ácido sulfídrico (chuva ácida)” (Baldisseri. Opus cit.:1436)*. A perda faunística engloba a variedade de ictiofauna, na medida em que o barramento dos rios compromete a integridade das populações locais e ocasiona extinções localizadas, a exemplo da drástica redução do pacu-cana, “peixe de grande porte, (...), importante na pesca de subsistência” (Santos & Oliveira, 1999:156) -, além de ter desalojado comunidades, fomentado conflitos territoriais e inundado parte expressiva das terras de ocupação e uso tradicional dos Waimiri Atoari.

A pesca comercial em Balbina e o incremento do setor turístico também devem ser notados. Segundo estudos realizados pelo INPA, desde 1988 tem-se realizado intensa atividade pesqueira no reservatório de Balbina, *“centrada sobre os estoques de tucunarés e da qual participam cerca de 100 a 160 pescadores, responsáveis por uma produção de até 706 toneladas/ano” (Santos & Oliveira, 1999:146)*. Sobre isso os autores esclarecem:

“A pesca em Balbina é de natureza comercial e em menor escala, amadora, de caráter esportivo (...). Praticamente toda a produção pesqueira de Balbina é destinada ao mercado de Manaus. (...). O trecho do Uatumã, localizado à jusante de Balbina, também foi fortemente impactado, (...), por causa da diminuição do teor de oxigênio da água evertida pelas turbinas (...). Como as comunidades desta área tinham fortes vinculações com o rio, esta situação acabou gerando consequências desastrosas não somente para a pesca, mas também na saúde e no cotidiano das pessoas que ali vivem” (Santos & Oliveira, 1999: 153,155-156).

Em 1987 é assinado o convênio entre a ELETRONORTE e a FUNAI, com o tempo previsto de 25 anos de duração²⁹. Dessa maneira, o Programa Waimiri-Atroari - PWA substitui a Frente de Atração Waimiri-Atroari - (FAWA) na implementação da política indigenista da área. Segundo Baines, o PWA ofereceu uma infraestrutura assistencial subordinada ao fato consumado da inundação de uma parte do território indígena e modificação irreversível do ambiente, situação que de acordo com a avaliação dos antropólogos Viveiros de Castro & Andrade, em geral, pretende reverter prejuízos que *"não são indenizáveis em dinheiro ou programa de apoio"* (Viveiros de Castro & Andrade, 1988:17).

6.2.4.1 - Programa Waimiri Atroari

O Programa Waimiri Atroari - PWA, foi elaborado como contrapartida aos impactos da UHE Balbina sobre os Waimiri Atroari³⁰. Financiado pela Eletronorte³¹ e com duração prevista de 25 anos, o PWA tem como marco inicial a assinatura do Termo de Compromisso TC-002/87, em junho de 1988, entre a empresa e a FUNAI. Os objetivos do programa eram:

- "- equilibrar as relações econômicas e culturais entre a comunidade indígena e a sociedade nacional;*
- garantir o usufruto exclusivo da área demarcada aos índios Waimiri Atroari.*
- melhorar as condições gerais de vida, segundo as aspirações dos próprios Waimiri-Atroari.*
- ampliar a compreensão dos Waimiri Atroari acerca da realidade sócio-política brasileira."³²*

Para acompanhar as atividades do Programa foi criado um Conselho Consultivo com membros da FUNAI, responsável pela execução do programa, e da Eletronorte. O PWA é dividido em subprogramas, com objetivos definidos, conforme o Quadro 6-1 - Subprogramas e Objetivos do PWA.

29 O Programa findaria no ano de 2012, porém após negociações foi assinado um Termo de Cooperação com Encargos de Compromisso Social - TCECS 001/2013 Anexo E, da Introdução, condicionado ao aceite pelos Waimiri Atroari da assinatura de um Protocolo de Intenções 001/2013 visando a autorização e o início dos estudos ambientais e sociais a serem realizados para viabilização do empreendimento em tela. A assinatura dos referidos documentos aconteceu em 08/05/2013 (ver introdução deste ECI).

30 Inundação de 30.000 ha da Terra Indígena, supressão de áreas de caça, coleta e agricultura e realocação de duas aldeias da área do reservatório para outra parte da terra indígena, com reflexo nas áreas de uso de outras aldeias existentes.

31 A Eletronorte foi responsável pela elaboração do projeto, construção e administração da UHE Balbina - Ver Item 6.5.4 - UHE Balbina.

32 In: <http://www.waimiriatroari.org.br/> - Acessado em 6 de fevereiro de 2014.

Quadro 6-1 - Subprogramas e Objetivos do PWA

Subprograma	Medidas
Saúde	Garantir boas condições de saúde para os Waimiri Atroari; Valorização da medicina tradicional; Repasse de conhecimentos de outras formas de medicina.
Educação	Alfabetização dos Waimiri Atroari na língua materna; Utilização de pedagogias e metodologias diferenciadas e adequadas aos modos de vida dos Waimiri Atroari.
Documentação e Memória	Resgatar e manter o acervo documental, fotográfico e cultural dos Waimiri Atroari; Resgatar e manter o acervo documental, fotográfico e cultural do Programa Waimiri Atroari.
Apoio a Produção	Adaptar técnicas à realidade cultural dos Waimiri Atroari, no uso dos recursos naturais, através de projetos experimentais de criação de animais silvestres; Otimizar os projetos agropecuários existentes mantendo-os em equilíbrio com as necessidades dos Waimiri Atroari, quanto à necessidades de suprimento de proteínas animais; Buscar alternativas de produção de alimentos em consonância com as práticas produtivas existentes;
Proteção Ambiental (Meio Ambiente)	Proteção do território, garantindo usufruto exclusivo dos recursos e território pelos Waimiri Atroari.

Soma-se a esses o subprograma Administrativo que gere os recursos financeiros, patrimoniais e humanos.

Segundo Relatório de Atividades do PWA de 2011, a equipe do Subprograma de Educação contava com 12 professores e orientadores não índios e 62 professores índios que realizam atividades escolares a partir de um currículo acordado anteriormente. Cabe destacar que, para a formalização do currículo ocorrem discussões com a comunidade, sendo assim, o processo educativo visa atender as necessidades do grupo. A educação diferenciada é uma realidade e o calendário escolar obedece o calendário dos Waimiri Atroari, respeitando o ciclo produtivo e os ritos e festas. Durante o *maryba*, os trabalhos escolares se realizam no local onde as atividades da festa estão sendo realizadas. Os horários das aulas também estão condicionados as especificidades de cada aldeia para não interferir nas tarefas cotidianas. A responsabilidade pela alfabetização das crianças, realizada na língua materna e de dos professores indígenas. Segundo consta, "*Professores de universidades brasileiras e técnicos de renomado conhecimento têm participado do sistema de ensino através de módulos e oficinas, com resultados muito importantes.*" (PWA, 2011(4)).

Em relação ao subprograma de saúde, o quadro funcional era composto de 16 funcionários sendo 12 lotados em campo (postos indígenas) e 4 na cidade de Manaus³³. As ações de prevenção tem

³³ Dos 12 em campo 10 são técnicos de enfermagem e 02 enfermeiras. Em Manaus estão uma médica coordenadora, 3 técnicos de saúde e 1 odontólogo.

prioridade, tendo destaque a imunização que mantém índices de 100% de cobertura vacinal contra todas as doenças incidentes na região que são imunopreveníveis. Foi implantado uma triagem e restrição de acesso a reserva após se constatar que a maioria das doenças que vitimavam os Waimiri Atroari eram "importadas". Cabe destacar que no início do programa a população era de 374 pessoas e atualmente são 1678.

Em relação a formação e treinamento dos Waimiri Atroari 39 estavam sendo treinados para trabalharem como auxiliares de saúde. A transferência de conhecimento, que faz parte das medidas do subprograma, permite uma maior autonomia aos Waimiri Atroari, diminuição dos custos e maior eficácia no atendimento. Outro ponto que não deve ser desprezado consiste que a eficácia de um tratamento, ou melhor, a própria adesão ao tratamento ocorre de maneira mais efetiva quando a linguagem utilizada pelo profissional de saúde é mais próxima do paciente, dito em outras palavras a mediação do discurso entre os saberes diversos favorece a adoção de técnicas e procedimentos exteriores ao seu cotidiano.

Em relação ao subprograma de Documentação e Memória, foi feito uma sistematização do acervo e no ano de 2000 o processo de informatização começou. Em 2009 todo acervo fotográfico encontrava-se digitalizado. O acervo conta com peças da cultura material *Kinja*, fotografias, vídeos, músicas, relatórios técnicos, periódicos, documentação administrativa, entre outros. O grupo possui um informativo do PWA e realizam a edição de fitas e vídeos como apoio de técnicos qualificados.

Entre as ações do Subprograma de Apoio a Produção, estão a criação experimental de animais silvestres como capivara, anta e porco do mato; repovoamento dos lagos e rios com quelônios e peixes criados em cativeiro; introdução de cultivares que se adaptem às condições climáticas e que sejam incorporados naturalmente pela comunidade no seu processo produtivo; projetos de criação de ovinos, caprinos, bovinos, coelhos, aves, quelônios e piscicultura além do plantio de Sistemas Agroflorestais (SAF) baseados em frutíferas. Os projetos pilotos são de pequena envergadura e, em geral, visam agregar novos conhecimentos em práticas agrícolas tradicionais. Desde 1993, possuem um pequeno viveiro com produção de mudas em pequena escala e de maneira intermitente. A introdução da técnica de compostagem teve boa aceitação pelo grupo tendo sido instaladas composteiras em várias aldeias.

No subprograma de Meio Ambiente o destaque são as ações de proteção ambiental e fiscalizações desenvolvidas na Terra Indígena Waimiri Atroari no âmbito *do Plano de Proteção Ambiental e Vigilância* da área *Waimiri Atroari (PPA)* da BR-174. Essas ações incluem a fiscalização da

rodovia, no trecho que atravessa a TI, incluindo o acompanhamento ambiental das atividades de manutenção, coleta de lixo jogado pelos transeuntes, campanhas de informação e distribuição de sacos coletores de lixo. O monitoramento do atropelamento de animais na BR-174, a instalação de placas educativas e distribuição de folhetos, sensibilizando os motoristas para o problema, das mortes de animais. Outra medida preventiva, que vem sendo adotada, é a formação de passarelas naturais para travessia da rodovia por macacos e outros animais. A escolha dos locais para a formação dessas passarelas foi embasada na análise do banco de dados, "*construído ao longo dos anos de monitoramento, que indicou os locais com maior incidência de atropelamentos*". (PWA, 2011).

Neste subprograma também são monitorados os corpos d'água incidentes sobre a BR-174; Fiscalizados os limites da TI; além do acompanhamento dos serviços de asfaltamento e recuperação da pavimentação da BR-174, em seu trecho incidente na TI³⁴.

6.2.4.2 - Zona Franca de Manaus

A implantação da Zona Franca de Manaus, em 1967³⁵, incrementou o crescimento populacional no estado do Amazonas. A instalação de um parque industrial e a consolidação de um setor terciário que estava baseado na comercialização de produtos importados, principalmente eletroeletrônicos, favoreceu o início de um novo ciclo econômico na região (Rodrigues; Pinheiro. *Opus cit.*:516-517).

Inserida no cenário desenvolvimentista, a criação da Zona Franca iria legitimar a construção da UHE Balbina com o argumento "*de que a demanda de energia elétrica na cidade de Manaus aumentara consideravelmente*" (Baldisseri. *Opus cit.*:1432). Cabe ressaltar que, a energia da cidade de Manaus era "*gerada por um parque termelétrico que consumia 156 milhões de litros/ano de óleo combustível, equivalendo a um consumo médio de 3 milhões de barris/ano de petróleo*" (Baldisseri. *ibidem*). Com a nova zona comercial, a pressão pela ampliação de fontes energéticas aumenta e o projeto de Balbina ganha poderosos aliados.

Segundo Baldisseri (2005) até 1984, isso quer dizer menos de 20 anos depois da sua criação, a Zona Franca atraiu "*cerca de 208 indústrias de montagem dos mais diferentes ramos, fomentando a concentração de população rural e migrante na cidade de Manaus*". Incentivos

34 http://www.waimiriatioari.org.br/Info_programa.htm - Acessado em 23 de janeiro de 2012 e 6 de fevereiro de 2014.

35 A Zona Franca de Manaus foi criada no período de expansão da frente agrícola com incentivos ao comércio, indústria e também a agropecuária.

fiscais, mão de obra barata e abundante favoreceram a concentração populacional e os fluxos de migrantes para a região. Entre 1970 e 1980, ocorreu um incremento populacional de quase 105%, a população que era de 314.197 (1970) passou para 642.492 (1980)³⁶.

"Todo este contingente populacional não conseguiu ser absorvido pelas atividades da Zona Franca, gerando desemprego e sub-emprego, com grande parte da população marginalizada social e economicamente, ocupando áreas periféricas da cidade, posteriormente denominadas de eixos de expansão, sem as mínimas condições para a subsistência, configurando, tempos depois, as chamadas áreas de invasão, as quais deram origem à vários conjuntos habitacionais existentes atualmente em Manaus." (Baldisseri. ibdem).

A UHE Balbina tornou-se, no discurso oficial, um projeto complementar a Zona Franca, sem a energia elétrica que seria produzida pela usina, o polo de desenvolvimento que havia sido instalado na cidade de Manaus estaria ameaçado (THOMÉ, 1999 *apud* Baldisseri. *ibdem*). Os possíveis impactos ambientais, sociais e culturais que poderiam surgir com a construção da usina foram eclipsados pelas urgências econômicas que se apresentavam, negando-se à sociedade civil toda e qualquer informação sobre o projeto a ser implantado. Entretanto, a média anual da usina de 112 MW supri apenas 10,5% da energia consumida em Manaus, sendo o restante proveniente da queima de combustíveis fósseis nas termelétricas existentes.

6.2.5 - Projetos de Assentamento Rural

Os assentamentos fazem parte da política de reforma agrária, tanto nacional como estadual. Após a compra ou desapropriação de uma determinada propriedade, pelo INCRA ou pelo Instituto de Terras estadual, as terras são divididas em parcelas e destinadas, geralmente, a pequenos proprietários ou agricultores que não disponham de terra. Em muitos casos, esta iniciativa tem como objetivo atender à demanda social por terras e meio de sustento ou para reduzir situações de conflito agrário. Após receberem a terra, os assentados, geralmente, contam como uma estrutura para habitação e para a produção. Os investimentos e recursos para produzir ou iniciar a produção, na maior parte dos casos, são obtidos junto ao PRONAF.

36 <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD79&t=populacao-municipios-capitais-populacao-presente-residente>
Acessado em 6 de fevereiro de 2014.

No entorno da Terra Indígena Waimiri Atrorari existem diversos Projetos de Reforma Agrária, sendo a sua maioria de Projetos de Assentamento³⁷ (Ver Mapa de Assentamentos - 2545-00-ECI-MP-4004). O Quadro 6-2 - Projetos de Reforma Agrária por Município, apresenta a totalidade dos assentamentos localizados nos municípios onde esta inserida a TI. Cabe destacar que, o número de famílias em alguns assentamentos é menor do que a capacidade prevista; além disso, apesar de existirem muitos assentamentos recentes (data da criação), no município de Rorainópolis, a data da arrecadação das áreas é bem mais antiga, o que indica a existência de problemas fundiários há mais tempo.

Embora não se trate de empreendimento de infraestrutura, a presença de assentamentos rurais é sempre foco de tensão, principalmente pela proximidade dos mesmos com a Terra Indígena e pela reprodução, em geral, por parte dos assentados de preconceitos e atributos negativos em relação aos indígenas, além da caça e pesca, desmatamento e circulação de não indígenas.

Quadro 6-2 - Projetos de Reforma Agrária por Município

Projetos de Reforma Agrária	Nº Famílias	Área (Ha)	Ano de Criação	Municípios
PA Canoas	276	23.850	1992	Presidente Figueiredo/AM
PA Uatumã	398	23.742,28	1987	
PA Rio Pardo	249	27.980	1996	
PDS Morena	130	50.009,12	2000	
Total do Município de Presidente Figueiredo				4
PAD Anauá	2.322	22.183,20	1979	Rorainópolis/RR
PA Equador	174	11.728,49	1992	
PA Jundiá	161	13.355,18	1995	
PA Ladeirão	189	21.384,51	1995	
PA Tepurema	43	9.023,60	2006	
PA Campina	58	12.113,58	2006	
PA Chiadauna	16	9.994,51	2006	
PA Curupira	54	9.815,25	2006	
PA Caju	27	7.108,51	2006	
PA Garapaja	37	9.951,97	2006	
PA Jenipapo	84	4.412,60	2006	
PA Juari	56	16.565,32	2006	
PA Monte Sinai	37	16.415,15	2006	
PA Muriru	84	9.688,25	2006	

37 Existem na área um PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável - "criado para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental". Nesse tipo de projeto não há individualização das parcelas, sendo a titulação coletiva e; um PAD - Projeto de Assentamento Dirigido - foram "criados a partir da década de 70, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar." São titulados pela União visando a regularização de glebas rurais. In: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/DefinioTiposdeAssentamentoeCrditos.pdf - Acessado em 6 de fevereiro de 2014.

Projetos de Reforma Agrária	Nº Famílias	Área (Ha)	Ano de Criação	Municípios
PA Pirandira	31	9.693,67	2006	Rorainópolis/RR
PA Sucuriju	281	16.013,60	2006	
PA Tucumã	48	12.043,37	2006	
PA Trairi	16	5.156,64	2006	
PA Ajauri	41	12.949,86	2006	
PA Maguari	53	11.798,93	2006	
Total do Município de Rorainópolis				20
PA São Luizão	157	10.608,39	1997	São João da Baliza/RR
Total do Município de São João da Baliza				1

Fonte: INCRA 2012

6.2.5.1 - Assentamentos Roraima

Aqui em cima nos preocupa muito o conflito de madeireiros, fazendeiros, e hoje, agora, acho que faz dois a três anos, que começou a aparecer uma empresa de extrair óleo de dendê, está comprando toda a fazenda de Ribeirinho que fica aqui. O plantio deles é muito. Esse vai diminuir, esse vai ajudar a desmatar muito. Ninguém tá impedindo isso. Nem Ibama. Não vejo o Governo se manifestar contra isso. Isso é bom pro Governo. Não é bom para índio. (Ewepe, 29/10).

Foram feitas duas incursões durante os trabalhos de campo nas vicinais que adentram a Terra Indígena Pirititi (Mapa de Pontos Visitados - 2545-00-ECI-MP-5001). Uma com os *kinja* e outra sem os *kinja*. Só o fato de andar de carro com os índios pelas vicinais já se percebe a tensão de todos no ar. No final da vicinal Equador, a equipe saiu do carro para verificar um novo trecho que estava sendo aberto, adentrando ainda mais a TI Pirititi e chegando próximo ao limite da TI Waimiri Atroari (Figura 6-12, Figura 6-13, Figura 6-14 e Figura 6-15). Rapidamente se aglomerou alguns moradores para saber do que se tratava a visita. Os *kinja* disseram estar só olhando e de pronto chamaram uns aos outros e convidando a equipe consultora a ir embora. Foi perceptível notar que grande parte das pequenas residências estavam com tijolos, areia e pedra em frente aos seus sítios e postes de luz chegando em toda a extensão da vicinal. Trata-se de recursos do programa federal minha casa minha vida e luz para todos.



Figura 6-12 - Vicinal Equador. Rorainópolis, RR.
Foto PWA.



Figura 6-13 - Ponto final da vicinal Equador.
Rorainópolis, RR. Foto PWA.



Figura 6-14 - Vicinal Equador. Rorainópolis, RR.
Foto PWA.



Figura 6-15 - Ponto final da vicinal Equador.
Rorainópolis, RR. Foto PWA.

Ainda acompanhado dos *kinja* foi feita uma visita a um ramal da vicinal que margeia os limites atuais da área reservada pela Funai aos índios isolados. Esse ramal não tem a mesma infraestrutura da vicinal Equador. São sítios com pequenas casas e galpões de madeira e estrada deficitária. Seu limite fica bem próximo à outra vicinal mais ao norte que era conhecido como Arara Vermelha. Com o projeto de plantação de dendê ela mudou para o outro lado da BR-174. Projeto, aliás, que é visto com desconfiança pelos *kinja*. Essa vicinal, percorrida sem os *kinja*, possui muito sítios, mas a estrada é muito deficitária, motivo pelo qual alegam os proprietários não explorarem seus lotes. Existe a expectativa de que essa vicinal se ligue a do equador pelo ramal que margeia a TI Pirititi. Fato alegado por alguns moradores que viria a beneficiar o transporte e acesso aos sítios, escola e assistência médica.

Por último foi visitada a vicinal Trairi, seguindo até seu limite bem próximo a TI Pirititi e TI Waimiri Atroari. Percebe-se no início desse ramal um modelo de ocupação distinto dos demais. A limpeza dos solos era visivelmente distinta, parecendo tratar-se de ocupantes sulistas para cultivo de gado. No limite dessa vicinal conversamos com um morador que disse que a pesca e caça na região é farta e não precisam se deslocar muito para obter os recursos.



Figura 6-16 - Moradia na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.



Figura 6-17 - Campo de futebol na área da vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.



Figura 6-18 - Área desmatada, mecanicamente, na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.



Figura 6-19 - Açude na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.



Figura 6-20 - Moradia na vicinal Trairi, Rorainópolis/RR. Foto PWA.

No entanto, a informação desse morador não encontra concordância com os *kinja* que contam haver intensa movimentação de pescadores pelo rio branquinho e Trairi, bem como de caça. Por isso, colocaram duas aldeias próximos aos limites, aldeia Anahkwa e aldeia Kisiwe, mais ao norte. Em relação à pesca dizem que não é semelhante ao que ocorre no Jauaperi e Abonari. Trata-se de uma pesca de sobrevivência dos assentados e de muito outros *kaminja* que nos finais de semana se deslocam para a região para pescar. O mesmo pode ser dito em relação à caça.

Entretanto, um fator de preocupação a mais reside no aumento desses moradores e da expansão desses ramais. Os *kinja* da aldeia Anahkwa registraram a chegada de picadas próximas ao limite da TI Wamiri Atroari e dentro da TI Pirititi, onde perceberam movimentações de topografia e colocação de marcos (aparentemente do próprio INCRA). Essas picadas seriam entre as duas aldeias e em local conhecido como cachoeira do tambor, cachoeira da piranha e cachoeira da fumaça. Relataram ainda a ação de madeireiros. Encontraram várias árvores com plaqueamento de identificação com numeração, bem próximo ao limite da TI Waimiri Atroari e dentro da TI Pirititi, o que indica a exploração madeireira. Esse cenário de ocupação deixa os *kinja* muito preocupados não só com suas terras, mas também com os índios isolados. E como eles não podem reclamar com ninguém, justamente por se recusarem ao contato, os *kinja* assumem o papel de porta vozes deles.

Na aldeia Kisiwe disseram também haver a prática de motocross dentro de trilhas que passam pela TI Pirititi.

